

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

SANDRA SANTOS ROCHA BAGGIO

IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO
DE CRISTALINA-GO

São Leopoldo
2010

SANDRA SANTOS ROCHA BAGGIO

A Implementação da Educação Inclusiva em uma Escola no Município
de Cristalina – Go

Trabalho Final de Mestrado Profissional
Para obtenção de grau de Mestre em
Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Religião e Educação

Orientadora: Prof^a Dr^a Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo
2010

SANDRA SANTOS ROCHA BAGGIO

A Implementação da Educação Inclusiva em uma Escola no Município
de Cristalina – Go

Trabalho Final de Mestrado Profissional
Para obtenção de grau de Mestre em
Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Religião e Educação

Data: 20 de setembro de 2010

Remi Klein - Doutor em Teologia - EST

Gisela I.W. Streck - Doutora em Teologia - EST

Os Meus Agradecimentos

Primeiramente a Deus

Ao Meu Esposo
Paulo Alberto Baggio
Pela compreensão, paciência e carinho.

Aos Meus Filhos
Alan Rocha Baggio
Rayanne Rocha Baggio
Tesouros da minha vida, que souberam administrar a minha ausência em casa durante o curso.

Aos meus Pais
José e Maria Creusa
Por acreditarem e dividirem comigo esse sonho!

Aos meus Irmãos
José Sérgio, Rosane, Cleude e Célio
Companheiros inseparáveis, estando ao meu lado sempre.

Aos meus familiares
Por dividirem comigo esse sonho!

Minha Gratidão e Reconhecimento...

A todo corpo docente (mestres e doutores da Est)

A todos os funcionários da Est

À Irma pela acolhida com carinho e atenção, muito obrigada!

A todos os professores que passaram por minha vida.

À minha querida orientadora Prof^a Dr^a Gisela

Que dividiu comigo os momentos de dúvidas e incertezas,
incentivando-me a produzir o trabalho com qualidade,

Meu eterno carinho e admiração!

Aos amigos que me incentivaram.

Epígrafe
O limite do homem é o limite de
seus sonhos.
J.F. Kennedy

RESUMO

A política de Educação Inclusiva surgiu a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990, e o Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil, 1993). Esse direito pode ser alcançado por meio da implantação da política nacional de educação especial. Essa mudança de concepção baseia-se nas ideias de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder às necessidades educacionais dos alunos beneficiando a todos independente de apresentarem qualquer tipo de deficiência. Diante disso, as escolas regulares que se viram diante da tarefa de trabalhar com a diversidade perceberam a necessidade de promover a mudança na conceituação do currículo, na formação dos professores, nos métodos de ensino e também nas atuações e responsabilidades das administrações educacionais. A gestão democrática na escola é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas (escola, família e comunidade), nas decisões sobre orientação e planejamento de seu trabalho. Visando assim a democratização do processo pedagógico, a participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com os resultados educacionais de qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96 prevê que para uma gestão democrática é necessário que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática é necessário que os sistemas de ensino definam as normas da gestão do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Estes princípios constituem uma das garantias do direito à participação e possibilitam as pessoas a intervir na construção de políticas e na gestão da escola. Trata-se da percepção de que, para funcionar, a escola necessita da adesão de seus usuários, alunos, pais ou responsáveis, aos propósitos educativos a que ela deve visar e essas ações efetivas e que devem redundar para o bom desempenho do estudante. Essa mudança de concepção baseia-se nas ideias de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder às necessidades educacionais dos alunos beneficiando a todos independente de apresentarem qualquer tipo de deficiência. Observa-se que a construção do convívio democrático na escola é um processo que se realiza no dia-a-dia, com a participação da comunidade escolar e local. A inclusão, embora tendo obstáculos e sendo complexa, é necessária e possível de ser implementada. Esse novo paradigma propõe uma sensibilização de todas as pessoas. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a inclusão escolar e social. A figura da família é de fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, especialmente dos portadores de necessidades especiais.

Palavras-chave: Escola Inclusiva, Educação Especial e Formação de Professores.

ABSTRACT

The policy of inclusive education emerged from the World Declaration on Education for All held in Jomtien, Thailand in 1990 and the ten year Plan for Education for all (Brazil, 1993). This right can be achieved by implementing the national policy on special education. This change in design is based on ideas from the structural changes, organizational and methodological could respond to the educational needs of students benefiting all independent to make any kind of disability. Thus, mainstream schools who have can fronted the task of working with diversity realized the need to promote change in the conceptualization of curriculum, teacher training, teaching methods, and also in the actions and responsibilities of general education. The democratic management in schools is characterized by recognition of the importance of conscious and informed participation of people (school, family and community) in decisions about direction and planning of their work. Thus aiming at the democratization of educational process, the responsible participation of all the necessary decisions and its effectiveness through a collective commitment to quality educational outcomes. The law of Directives and Bases of National Education Law nº 9394/96 provides for a democratic management is necessary that the education systems define the norms of democratic management is necessary that the education systems define the norms of democratic management is necessary of school systems to set standards for the norms of democratic education in education basic, in accordance with the peculiarities and according to the following principles: participation of education professionals in the preparation of teaching project for school community participation in school and local school boards or equivalent. These principles constitute a guarantee of the right to participation and enable people to intervene in policy making and management of the school. It is the perception that to work the school requires the adherence of their users, students, parents or guardians in the educational purposes for which it should target those actions and effective and should lead to good student performance. This change in design is based on ideas that the structural changes, organizational and methodological could respond to the educational needs of students benefiting everyone regardless of presenting any type of disability. It is observed that the construction of democratic practice in schools is a process takes place in day-to-day with the school community participation and local levels. The inclusion, despite having obstacles and being complex, is necessary and possible to implement. This paradigm suggests and awareness of all people. A positive attitude from parents, promotes educational and social inclusion. The figure of the family is of fundamental importance for the development of any individual, especially those with special needs.

Keywords: Inclusive School, Special Education and Teacher Training.

LISTA DE SIGLAS

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CEB – Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Portadores de Necessidades Especiais

SEESP – Secretaria de Educação Especial

UNESCO – Organização das Nações para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL – FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA	
PANORAMA HISTÓRICO, DOCUMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	14
1.1 Educação Especial – Histórico, Princípios e Legislação.....	19
1.2 Educação Inclusiva – Documentos Internacionais.....	25
1.3 Educação Inclusiva e a Legislação Brasileira.....	28
1.4 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	33
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO ADAPTADO.....	39
2.1 Formação de Professores e a Escola Inclusiva.....	40
2.2 Perfil da Escola Inclusiva.....	43
2.3 Adaptações Curriculares de Grande e Pequeno Porte.....	49
2.4 Classificação das Deficiências e o Atendimento Educacional Especializado.....	57
3 PESQUISA SOCIAL – ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA.....	62
3.1 Metodologia da Pesquisa Social	63
3.2 Sistematização dos Dados da Pesquisa Social.....	64
3.2.1 Dados da Pesquisa com a Direção da Escola.....	66
3.2.2 Dados da Pesquisa com a Coordenadora Pedagógica	70
3.2.3 Dados da Pesquisa com o Corpo Docente.....	72
3.3 Considerações Finais sobre a Pesquisa Social.....	76
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES.....	85
ANEXO.....	95

Introdução

O presente trabalho aborda a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, onde foi possível focar o que se tem feito em termos de mudanças concretas para que a educação inclusiva se torne uma realidade.

Ao traçar este panorama, apresento um breve relato da implementação da inclusão com o objetivo de estimular a reflexão acerca dos meandros e sutilezas do universo humano diante do complexo movimento de sujeição ou de transformação da realidade.

A presença da criança com deficiência na escola regular representa um avanço no que se refere à democratização do ensino, mas não garante a efetivação de uma política de inclusão, visto que esta é entendida para além dessa condição. A ideia de inclusão é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular a criança com deficiência, pois implica dar outra lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de criança nenhuma estar fora dela. E repensar uma educação que minimize os mecanismos de exclusão, assegurando a todas as crianças o direito de se beneficiar. É, no entanto, um novo paradigma que resgata a educação como bem social e enfrenta as dificuldades da prática escolar, compreendendo a deficiência sob uma nova perspectiva. Segundo Kupfer e Petri:

A reformulação da escola para incluir os excluídos, precisa ser uma revolução que ponha do avesso em sua razão de existir, em seu ideário político pedagógico. É necessário muito mais do que uma reformulação do espaço, do conteúdo programático ou de ritmos de aprendizagem, ou de uma maior preparação do professor.¹

O tema “Implementação da Educação Inclusiva em uma escola no município de Cristalina-GO” chamou atenção por ser algo novo e desafiador frente aos paradigmas pedagógicos atuais. O Art. 205 da Constituição Federal afirma: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da

¹ KUPFER & PETRI, 2000, p. 112 apud ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares, educação e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 112.

pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com o artigo supracitado, automaticamente subentende-se que não deve haver distinção alguma a nenhum cidadão que pretende enveredar pelos caminhos da educação, independentemente de sua idade ou dificuldade apresentada, como ocorria na era medieval, onde as pessoas com necessidades educacionais especiais eram consideradas incapazes de viver em sociedade e de serem educadas.

Dentro das diretrizes da política pedagógica atual, um dos principais temas que se discute é a valorização das habilidades individuais, trabalhadas através das inteligências múltiplas. “[...] a escola busca estimular a mistura singular de inteligências de cada um dos seus alunos, avaliando regularmente seu desenvolvimento de uma forma justa para com a Inteligência.”² Esse pensamento nos leva a compreender que toda pessoa deve respeitar e estimular os diferentes estilos de inteligência.

A escola, terreno fértil de aprendizagens diversas, constitui o espaço privilegiado para as manifestações de ordem afetiva, social e cognitiva, mas ela sozinha não consegue assumir esse papel, é necessário que tenha uma gestão escolar capaz de estimular atitudes de cooperação e de solidariedade entre os funcionários, buscar parcerias com outras instituições e secretarias e muitas outras ações que lhe cabe resolver.

Este trabalho de pesquisa, no entanto, tem a intenção de mostrar como está estruturado o trabalho de uma escola do município de Cristalina-GO, que oferece ensino fundamental anos iniciais de 1º ao 5º ano, na perspectiva da educação inclusiva, observando a colaboração do gestor e do coordenador e a atuação do professor frente a esta nova proposta pedagógica.

A pesquisa inicia por uma revisão bibliográfica com diversos autores. É realizada também uma leitura sobre os documentos legais que embasam a educação inclusiva, os pareceres e as resoluções dos órgãos oficiais. Caberá então, face de tudo que foi exposto, justificar e validar esta pesquisa, a fim de torná-la um instrumento voltado para o acervo bibliográfico sobre a educação inclusiva que ainda

² GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 1995, 257p

é muito precário, contribuindo então para a transformação progressiva da educação em seu sentido global.

A pesquisa não tem a pretensão de ser uma receita para a inclusão nem oferecer respostas prontas e definitivas para os questionamentos sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos/alunas que se fazem presentes no cotidiano escolar. A proposta é meramente uma abertura de possibilidades para que os envolvidos com os educandos com necessidades educacionais especiais se percebam como agentes e não como meros receptores de determinações legais.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda o histórico da educação inclusiva; o segundo capítulo apresenta a educação numa perspectiva inclusiva das crianças com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, os currículos adaptados e a formação de professores. O último capítulo apresenta o estudo de caso e a análise dos dados da pesquisa social.

1 Educação Inclusiva no Brasil – Fundamentação Filosófica, Panorama Histórico, Documentos Legais e Normativos

O presente capítulo apresenta uma intensa revisão bibliográfica, uma leitura sobre a fundamentação teórica e sobre os documentos legais e normativos que embasam a Educação Inclusiva, os Pareceres e as Resoluções dos órgãos oficiais; uma leitura e um entendimento dos documentos civis que nasceram dos movimentos sociais que se organizaram para a “luta” da inclusão de “todos” na escola regular.

A situação da educação escolar inclusiva não se limita ao aspecto didático-pedagógico. A inclusão escolar é também socioafetiva. O educando deve sentir-se acolhido e perceber que a diversidade não se constitui num obstáculo e sim num estímulo para a formação de consciência de todos os envolvidos no processo socioeducacional e afetivo.

Sabe-se que a inserção de alunos com necessidades especiais no ensino regular, devido a uma série de fatores, como ausência de infra-estrutura e profissionais capacitados, é um grande desafio. O ensino especial pode contribuir com a escola regular em prol do desenvolvimento educacional dos portadores de deficiências. Quanto a isso Mazzotta afirma:

Não há razão para dicotomizar a educação escolar em comum e especial, fracionando-a e rotulando-a em tantos ramos quantos forem os supostos tipos diferentes de alunos, também não se justifica separar radicalmente as condições e possibilidades da escola, das condições sociais e políticas gerais.³

A educação inclusiva não significa uma ruptura com a educação especial⁴ e nem se opõe à realização dos serviços especializados, considerados excludentes. O intento é de que os serviços especiais atuem de forma colaborativa junto ao

³MAZZOTTA, M. J. S. **Educação escolar: comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1987. p.119

⁴GLAT, R. et al. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva>>. Acesso em: 09 maio 2010.

ensino inclusivo⁵ e de forma permanente. A educação especial não se constitui uma modalidade de ensino a parte e sim como um conjunto amplo de saberes (humanos, materiais e pedagógicos) que auxiliará a escola a atender a heterogeneidade de seus educandos.⁶

Esta colaboração da educação especial não se contrapõe aos princípios da educação inclusiva. Numa escola cujas portas estão abertas à diversidade as duas práticas se complementam – a educação especial proporciona aos alunos com necessidades especiais recursos teóricos e práticos fundamentais para o desenvolvimento de sua aprendizagem no ensino regular. De acordo com Mittler, sem esse apoio dificilmente estes educandos obterão êxito.⁷

Ao longo da história o atendimento “[...] à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico”.

Durante milhares de anos as pessoas portadoras de deficiências foram marginalizadas, privadas de liberdade e até mortas, como as crianças com deformações que eram jogadas nos esgotos da Roma antiga.⁸

A história do ensino especial começou a ser traçada no século XVI, quando médicos e pedagogos, contrariando o senso comum, desenvolveram trabalhos de base tutorial em que eles mesmos ensinavam pupilos, até então considerados ineducáveis e cujo atendimento era apenas custodial em asilos e manicômios, considerados ambientes mais seguros para as pessoas com deficiências e também para a sociedade. Embora a abordagem médica tenha sido bastante criticada, é importante ressaltar que os médicos foram os primeiros profissionais a perceberem a necessidade de escolarização das pessoas com deficiência que se encontravam nos hospitais psiquiátricos.

⁵CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental.** 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2004.

⁶GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão.** Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

⁷MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

⁸SASSAKI, R. K. Inclusão: paradigma do século XXI. **Revista Inclusão.** Brasília, n° 1, p. 19 - 23, out. 2005.

Em grande parte das instituições as atividades eram organizadas de acordo com orientações médicas. Às atividades escolares era dada pouca ênfase e a estas era destinado pouco tempo do horário dos educandos, principalmente para os que apresentavam distúrbios mais severos, pois eram poucas as perspectivas quanto ao desenvolvimento intelectual destes indivíduos.

Ainda no século XVI, médicos alquimistas defendiam a possibilidade de tratamento da pessoa com deficiência. Entretanto, a concepção científica sobre a deficiência somente foi consolidada “[...] no século XIX com os estudos de Pinel, Itard, Esquirol, Seguin, Morel, Down, Dugdale, Froebel, Guggenbuehl, entre outros, que passaram a descrever, cientificamente, a etiologia de cada deficiência, numa perspectiva clínica”.

A história da Educação Especial no Brasil sempre foi compartilhada no âmbito das áreas governamentais e não governamentais. Durante muitos anos, face às inexpressivas iniciativas governamentais nessa área, profissionais, familiares e comunidades envolvidas direta ou indiretamente com os portadores de necessidades especiais foram se organizando para criar serviço de atendimento educativo a esse aluno. Surgiram, então, organizações para assistência e educação dos diferentes portadores de necessidades especiais, hoje difundidas por todo o país.

Para situarmos e compreender a inclusão, necessário se faz um passeio pela evolução histórica da educação especial num contexto mundial. De acordo com Sasaki, as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram por quatro fases: exclusão, segregação, integração e inclusão.

A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito despreparadas e serviram basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso.⁹

⁹SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p.01

Na fase da segregação as pessoas com deficiências físicas e mentais continuam isoladas do resto da sociedade, mas nessa época ficam isoladas nos conventos, asilos e albergues. Na Europa surge o primeiro hospital psiquiátrico. Mas a verdade é que todas essas instituições continuam sendo prisões, sem tratamento especializado nem programas educativos.

A partir do século XVIII começou-se a educar pessoas com deficiências, procurando torná-las aptas para algumas atividades, ainda assim em isolamento completo.

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas com deficiência refletindo mudanças nas atitudes dos grupos sociais se concretizam em medidas educacionais.

Em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a primeira diretriz política aparece “todo ser humano tem direito à educação”. Dentro deste contexto surgem então as novas reflexões que vão tornando forma de respeito aos seres humanos.

Ainda no século XIX encontram-se diversas expressões utilizadas para referir-se ao atendimento educacional das pessoas com deficiência como pedagogia terapêutica ou curativa, pedagogia de anormais, pedagogia da assistência social, entre outras.

Aos alunos “surdos-mudos” (expressão usada na época) foram criadas várias obras que ensinavam uma forma de educação. A primeira obra foi de Jean-Paul Bonet com o título redação das Letras e Arte de Ensinar “surdos-mudos” a falar. Os alunos eram treinados a ler e falar mediante movimentos normais dos lábios, hoje denominada “leitura labial ou leitura orofacial”, o que se opõe ao método de sinais.

Após vários séculos de exclusão e segregação surge a ideia de integração social que consistia em integrar as pessoas com deficiências nos sistemas sociais como educação, trabalho e lazer.

Foi nessa fase que a Educação Especial aparece pela primeira vez na LDB nº 4.024 de 1961. Essa Lei aponta que a educação dos “excepcionais” (termo utilizado na época) deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação. Para tanto, foi adotado o princípio de Normatização.

O princípio de normatização tinha como pressuposto básico a ideia de que toda pessoa com deficiência tem direito de experimentar de um padrão de vida normal e comum à sua própria cultura. Vale ressaltar que o processo de

Normatização foi um importante elemento na aquisição de conhecimentos e experiências de integração que mais tarde abriu caminhos para o surgimento do paradigma da inclusão.

Na década de 80 novos paradigmas educacionais começam a ser discutidos e acrescentados nas propostas de educação e a Constituição Federal promulgada em 1988 em seu art. 208, inciso III, garante:

Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A nova proposta de Educação Inclusiva surgiu com a Conferência Mundial sobre Educação para todos (1990) realizada em Jomtiem, na Tailândia. Sua meta é a de garantir a democratização da educação, independentemente das particularidades dos alunos. Isso foi reforçado, posteriormente, pela Declaração de Salamanca (1994), assinada na Espanha, que ressaltou a necessidade de se dar às crianças e aos adolescentes, sobretudo aos que têm necessidades educacionais especiais, as condições para que sejam matriculados na escola comum, rompendo com a prática da segregação social e da distinção entre os desiguais, atitude até então explicitada na realidade escolar brasileira. É a escola da realidade social. É um novo movimento pedagógico, com características democráticas e pluralistas, que pretende garantir não somente o acesso, mas também a permanência de cada aluno e aluna nos níveis estruturais do sistema educacional e o respeito por sua identidade social.

No Brasil, neste período, alguns mecanismos normativos foram implantados, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA Lei 8.069/90 e a lei nº 7.853, que assegura o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos da pessoa portadora de necessidades especiais e sua integração efetiva, e o Decreto nº 914, de 1993, que estabelece a política para integração de portadores de necessidades especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), criada com base nos princípios constitucionais de 1988, incorpora-se a esse movimento quando estabelece ser a educação um direito de todos e dando um novo enfoque para a educação especial.

Pensada até então de forma periférica na organização do ensino, a nova LDB a define como modalidade de ensino, a ser concebida e planejada a partir dos níveis de escolaridade. A LDB, além disso, garante às pessoas com necessidades

educacionais especiais atendimento especializado como suporte ao ensino regular, adequado ao grau de comprometimento do aluno. A partir dessas disposições, as condições individuais de cada aluno é que irão definir seu locus de aprendizagem.

Tudo isso está explicitado concretamente nos fundamentos da construção pedagógica (art. 21 da LDB), pelos quais a educação escolar passa a ser entendida sem sentido ao mesmo tempo amplo e restrito. Por esses fundamentos a educação deve se produzir predominantemente por meio do ensino, de forma planejada e organizada de acordo com os recursos e procedimentos pedagógicos necessários. A educação assim estimulará uma atitude institucional vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, possibilitando parcerias que facilitem a inclusão social do aluno enquanto cidadão. A partir dessas premissas, o projeto político pedagógico, como fator de construção social, deve estar norteado por três grandes princípios. O primeiro princípio é o da condição social do aluno. O segundo é o da concepção da escola como espaço social da globalização e da integração do homem ao conhecimento acumulado. O terceiro e último é o do entendimento da preparação cultural como meio para a inserção social do indivíduo como cidadão.

Demó diz que o Brasil tem a marca de muitas leis, que, entretanto, não são cumpridas, sobretudo na esfera da educação. Para esse autor, o importante neste momento é falar pouco, como garantia de não aumentar a bobagem, assim, a LDB não pode ser interpretada como solução legal, mas como possibilidade moral de um projeto efetivo para escola com a mesma preocupação¹⁰.

1.1 Educação Especial – Histórico, Princípios e Legislação

A história da educação especial percorreu um longo caminho de exclusão e preconceito. Até o século XIV, as pessoas com deficiências eram totalmente excluídas da sociedade, muitas vezes mortas, pois eram tidas como incapazes de serem educadas e de viverem em família. Nascer com deficiência era uma sentença cruel; muitas famílias acreditavam que isso era causado por fluidos malignos, por isso muitas pessoas eram lançadas em fogueiras.

¹⁰ DEMÓ, Pedro. **Nova LDB: Ranços e Avanços**. 15. ed. São Paulo: Papyrus, 2003. p.112

Por volta do século XVII – IX essas pessoas passavam pela fase da segregação, onde não eram mais sacrificadas pela sua deficiência, mas continuavam em completo isolamento. Elas ficavam abandonadas pelas famílias em conventos, asilos e albergues, instituições que continuavam sendo prisões, sem tratamento específico, nem programas educativos.

Com a declaração dos direitos humanos, em 1948, passou-se a pensar na educação das pessoas com deficiências, procurando torná-las aptas para alguma atividade, embora ainda em completo isolamento.

Uma investigação sobre as medidas para o atendimento educacional das pessoas com deficiências mostra diversas expressões como: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, entre outras.

Num terceiro período, por volta da década de 60, surge a fase da integração, movimento que começa com o objetivo de integrar as pessoas com deficiências na sociedade, na educação, no trabalho e no lazer. É nessa fase que a educação especial aparece pela primeira vez na LDB Lei nº 4.034/91, adotando o princípio de normalização.

Diante dessa reflexão surgiu o paradigma da inclusão que se classifica como a quarta fase. Esta visa não somente inserir as pessoas com deficiências nos meios sociais e educacionais, mas também respeitar suas necessidades, diferenças individuais e limites.

Podemos então dizer que, no paradigma da inclusão, é a escola que tem que se adaptar às necessidades do aluno e não o contrário. Percebe-se, assim, que todos os funcionários da escola precisam pensar a educação de forma a atender a “todos”, independentemente de suas limitações.

A educação dos alunos com necessidades educacionais especiais avançou muito nos últimos dez anos no Brasil e, de forma mais significativa, com a implantação da resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001, que sintetiza o texto da Declaração de Salamanca, quando diz: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”

Diante disso é importante ressaltar a necessidade de introduzir esse trabalho nas escolas regulares, ampliando com qualidade a oferta de educação aos alunos

que, por suas condições físicas, culturais, mentais ou de superdotação, permanecem à margem do Sistema Educacional.

A fim de erradicar a exclusão social sofrida pelas pessoas com necessidades educacionais especiais, surge em junho de 1994, com a colaboração da UNESCO, em uma conferência realizada na cidade de Salamanca (Espanha), a Declaração de Salamanca.

Esta conferência contou com a presença de trezentos representantes de governos e organizações internacionais com o objetivo de promover a Educação para Todos. Para isso, foi discutida a necessidade de repensar mudanças na proposta política da educação integradora que atenda a todas as crianças, jovens e adultos, sobretudo as que têm necessidades educacionais especiais.

A linha de ação traçada para a educação se baseia no princípio de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Neste contexto, as escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves.

No século XIX com o estabelecimento da escolaridade obrigatória e as dificuldades da escola em ensinar a todos os alunos originam as classes especiais em escolas regulares, para as quais eram encaminhados os alunos considerados difíceis.

A partir dos anos de 1990, quando a inclusão é reconhecida como política educacional prioritária em grande parte das nações, inclusive no Brasil, este processo é intensificado. A educação inclusiva tem como princípio básico a inserção de todos os educandos em classes regulares seja quais forem suas condições sócio-econômicas, culturais, raciais ou de desenvolvimento. As instituições de ensino devem se adaptar para atender as necessidades dos alunos, pois são os meios mais eficazes no combate de atitudes discriminatórias.¹¹

O presente enquadramento da ação sobre necessidades educativas especiais foi adaptado pelo Congresso Mundial sobre necessidades especiais, organizado pelo governo da Espanha em colaboração com a Unesco. O objetivo consistiu em estabelecer políticas e orientar governos, organizações internacionais, organizações

¹¹UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos:** Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, In: Conferência Mundial Sobre Educação para Todos. Jontiem. Tailândia.

de apoio nacionais, organizações não governamentais e outros organismos, através da implementação da Declaração de Salamanca sobre os princípios, políticas e prática na área das necessidades educativas especiais.

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável das quais todas as crianças podem se beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades de cada criança, em vez da criança ter que se adaptar às concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo.

Uma pedagogia centrada na criança é benéfica para todos os alunos e, como consequência, para a sociedade em geral, pois a experiência tem demonstrado que esta pedagogia pode reduzir substancialmente as desistências e as repetições e garantir um êxito escolar médio mais elevado. Uma pedagogia deste tipo pode também ajudar a evitar o desperdício de recursos e a destruição de esperanças, o que, muito frequentemente, acontece como consequência do baixo nível de ensino e da mentalidade.

No Brasil, o atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve início oficialmente no dia 12 de outubro de 1854, quando D. Pedro II fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos .

Segundo Mazzotta,¹² em 1942 havia no país 40 (quarenta) instituições públicas regulares que atendiam alunos com deficiência mental e 14 (quatorze) que prestavam atendimento a portadores de outras deficiências. Na mesma época o Instituto Benjamin Constant editou a *Revista Brasileira Para Cegos em Braille*.

De acordo com Mendes,¹³ devido à escassez de serviços e ao descaso do poder público, no final da década de 50 (cinquenta) e início dos anos 60 (sessenta) é que a inclusão se torna um tema pertinente à política educacional. Essas mudanças na educação brasileira ocorreram em virtude da pressão de grupos socialmente organizados, especialmente os de pais de crianças e jovens portadores de algum tipo de deficiência, como a APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), e ONGs (Organizações Não Governamentais) como a AACD (Associação de Assistência à Criança Defeituosa) e a Sociedade Pestalozzi.

¹² MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

¹³ MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº 33, p.387-405, set 2006.

A necessidade de uma política de educação especial foi apresentada nos anos 70, quando o MEC declara que os alunos com necessidades especiais requerem tratamento distinto em casa, na escola e na sociedade. São desenvolvidos novos métodos e técnicas de ensino em virtude dos avanços da pedagogia e da psicologia da aprendizagem, voltados para o ensino e para o desenvolvimento do educando com deficiência.¹⁴ Concomitantemente surgiu o Movimento da Integração, cuja ideia de normalização fortaleceu o processo de exclusão de crianças indesejadas na escola pública que eram encaminhadas para classes especiais.¹⁵

A década de 1970 é caracterizada pela institucionalização da educação especial. O Estado tem como responsabilidade garantir aos educandos com deficiência o acesso à escola. Com base nessa premissa é criado em 1973 o CENESP — Centro Nacional de Educação Especial (transformado na Secretaria de Educação Especial – SEESP em 1986), que implantou subsistemas de educação especial em várias redes de ensino do país, fomentou projetos de formação dos profissionais de todos os níveis, inclusive no exterior, possibilitando grandes desenvolvimentos na área.¹⁶

Apesar dos progressos, a educação especial continua sendo caracterizada como um recurso especializado paralelo com currículos, métodos e organização própria. As classes especiais, de acordo com Bueno (1993), ao invés de promoverem o ingresso dos educandos em classes regulares, constituíam a segregação dos que não se adaptavam ao ensino comum. Em virtude desse processo muitos alunos com necessidades especiais frequentam instituições especializadas e outros sequer vão à escola.

Os anos 90 foram marcados por um amplo conjunto de reformas estruturais e educacionais no país, sob inspiração e encaminhamento de organismos internacionais, em que foram focalizados os investimentos na educação fundamental e a descentralização do ensino. Nessa década também se destacam os

¹⁴GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

¹⁵BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno deficiente.** São Paulo: EDUC/ PUSP, 1993.

¹⁶FERREIRA, J. R.; GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. (Orgs.) **Descentralização, municipalização e financiamento da educação no Brasil pós-LDB.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

esforços para consolidação de uma escola inclusiva e a ampliação do acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais nos diferentes espaços escolares.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) uniu os povos do mundo todo no reconhecimento de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Art. 1).

A concepção contemporânea de Direitos Humanos, introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), fundamenta-se no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na universalidade e na indivisibilidade desses direitos; universalidade, porque a condição de pessoa é requisito único para a titularidade de direitos, e indivisibilidade, porque os direitos civis e políticos são conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais.

A Declaração conjuga o valor de liberdade ao valor de igualdade, já que assume que não há liberdade sem igualdade, nem tampouco igualdade sem liberdade. Neste contexto, o valor da diversidade se impõe como condição para o alcance da universalidade e a indivisibilidade dos Direitos Humanos.

Num primeiro momento, a atenção aos Direitos Humanos foi marcada pela tônica da proteção geral e abstrata, com base na igualdade formal; mais recentemente, passou-se a explicitar a pessoa como sujeito de direito, respeitado em suas peculiaridades e particularidades.

O respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elementos para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas, sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos.

A ideia de uma sociedade inclusiva fundamenta-se numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.¹⁷

¹⁷ARANHA, Maria Salete Fábio (org) **Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica**. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 28 p.

1.2 Educação Inclusiva – Documentos Internacionais

A Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo. Fruto também de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos. Isto acontece quando se preconiza, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), uma sociedade mais justa em que valores fundamentais são resgatados, como a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação. Percebeu-se que as escolas estavam ferindo estes direitos, tendo em vista os altos índices de exclusão escolar; populações mais pobres, pessoas com deficiência, dentre outros, estavam sendo, cada vez mais, marginalizadas do processo educacional. A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999) são alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre esse assunto.

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

- 1948 – Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU) estabelece que os direitos humanos são os direitos fundamentais de todos os indivíduos. Todas as pessoas devem ter respeitados os seus direitos humanos: direito à vida, à integridade física, à liberdade, à igualdade, à dignidade e à educação.
- 1971 – Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (ONU) proclama os direitos das pessoas com deficiência intelectual.
- 1975 – Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU) estabelece os direitos de todas as pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação.

- 1980 – Carta para a Década de 80 (ONU) estabelece metas dos países-membros para garantir igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência.
- 1983-1992 – Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência para que os países-membros adotassem medidas concretas para garantir direitos civis e humanos.
- 1990 – Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU) aprova a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem; promove a universalização do acesso à educação.
- 1993 – Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU) estabelece padrões mínimos para promover igualdade de direitos (direito à educação em todos os níveis para crianças, jovens e adultos com deficiência, em ambientes inclusivos).
- 1994 – Declaração de Salamanca – Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais, reafirma o compromisso para com a Educação para Todos e reconhece a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.
- 1993 – Declaração de Manágua – Delegados de 39 países das Américas exigem inclusão curricular da deficiência em todos os níveis da educação, formação dos profissionais e medidas que assegurem acesso a serviços públicos e privados, incluindo saúde, educação formal em todos os níveis e trabalho significativo para os jovens.
- 1999 – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência – Guatemala – condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive à educação.
- 1999 – Declaração de Washington – Representantes dos 50 países participantes do encontro “Perspectivas Globais em Vida Independente para o Próximo Milênio”, Washington DC, Estados Unidos, reconhecem a

responsabilidade da comunidade no fomento à educação inclusiva e igualitária.

- 2002 – Declaração de Caracas – constitui a Rede Iberoamericana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias como instância para promoção, organização e coordenação de ações para defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e suas famílias.
- 2002 – Declaração de Sapporo, Japão – representando 109 países, 3 mil pessoas, em sua maioria com deficiência, na 6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples' Internacional – DPI, insta os governos em todo o mundo a erradicar a educação segregada e estabelecer política da educação inclusiva.
- 2002 – Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência – proclama 2003 o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência para conscientizar sobre os direitos de mais de 50 milhões de europeus com deficiência.
- 2003 – Ano Europeu das Pessoas com Deficiência – oportunidades iguais e acesso aos recursos da sociedade (educação inclusiva, novas tecnologias, serviços sociais e de saúde, atividades esportivas e de lazer, bens e serviços ao consumidor).
- 2004 – Ano Iberoamericano da Pessoa com Deficiência – proclamado na última reunião da Cúpula dos Chefes de Estados dos Países Iberoamericanos, realizada na Bolívia, da qual o Brasil é membro, define a questão da deficiência como prioridade, fortalecendo as instituições e as políticas públicas direcionadas à inclusão das pessoas com deficiência.

A partir desses estudos e documentos, chegou-se à conclusão de que a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças. Essa é a Educação Inclusiva.

1.3 Educação Inclusiva e a Legislação Brasileira

No Brasil, muitas leis municipais, estaduais e federais foram feitas para defender o direito das pessoas com deficiência. Diversas Leis Orgânicas (uma espécie de constituição dos municípios) e Constituições Estaduais, inspiradas na Constituição Federal de 1988, determinam que o aluno com deficiência tem direito e deve receber, na classe comum da escola comum, todo o atendimento específico de que necessitar.

LEGISLAÇÃO NACIONAL

- 1854 – Instituto Benjamin Constant (IBC) fundado no Rio de Janeiro, RJ, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi a primeira instituição de educação especial da América Latina; ainda em funcionamento.
- 1857 – Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) fundado no Rio de Janeiro, RJ, por D. Pedro II – ainda em funcionamento.
- 1988 – Constituição Federal (Art. 208, III) estabelece o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.
- 1989 – Lei nº 7.853 cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
- 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei, nº 8.069). No Art. 53, assegura a todos o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
- 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) assegura aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos,

recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades educacionais especiais.

- 1998 – Parâmetros Curriculares Nacionais (Adaptações Curriculares), do MEC, fornecem estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.
- 1999 – Decreto nº 3.298 regulamenta a Lei nº 7.853/89 que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e estabelece a matrícula compulsória, em cursos regulares de escolas públicas e particulares, de pessoas com deficiência.
- 2000 – Lei nº 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e nos espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e na reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
- 2000 – Lei nº 10.048 estabelece a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e determina que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos deverão ser planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas com deficiência.
- 2001 – Plano Nacional de Educação explicita a responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na implementação de sistemas educacionais que assegurem o acesso e a aprendizagem significativa a todos os alunos.
- 2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica endossam a necessidade de que todos os alunos possam aprender juntos, em uma escola de qualidade.
- 2001 – Decreto nº 3.956, da Presidência da República do Brasil, que reconhece o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (Convenção de Guatemala), reafirmando o direito de todas as pessoas com deficiência à educação inclusiva.
- 2001 – Parecer CNE (Conselho Nacional de Educação)/CEB (Câmara de Educação Básica) nº 17 aponta os caminhos da mudança para os sistemas

de ensino nas creches e nas escolas de educação infantil, fundamental, médio e profissional.

- 2004 – Decreto nº 5296 de 02 de dezembro regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade em vários âmbitos.

Apesar das leis que garantem o direito dos alunos com deficiência à educação, sabemos que 40% de todas as crianças e todos os adolescentes que estão fora da escola são meninos e meninas com deficiência¹⁸.

Em outras palavras, o Brasil só vai conseguir colocar todas as crianças na escola quando a educação for de fato inclusiva e a escola for realmente de qualidade para todos.

Somente com o apoio dos professores, o Brasil poderá, de fato, oferecer uma Educação de Qualidade para Todos. Além disso, uma das características mais interessantes da Educação Inclusiva é que ela deve envolver também as famílias e a comunidade. Isso significa que a Escola Inclusiva poderá se beneficiar com parcerias com universidades, organizações não governamentais, escolas, APAEs (Associação de Pais dos Alunos Excepcionais), centros de reabilitação, entidades de pessoas com deficiência, associações de bairro, associações comerciais locais etc. Essa rede de parceiros, que inclui a participação da família, será fundamental para a escola conseguir os recursos humanos e materiais de que precisa para oferecer a melhor educação para todos os seus alunos.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial de acordo com a Constituição federal, é parte inseparável ao direito da educação sendo dirigida às pessoas portadoras de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades, tendo como objetivo eliminar o preconceito que afeta o aluno.

¹⁸UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras, Diversidade e Equidade, 2003, baseando-se em dados colhidos pelo Instituto de Geografia e Estatística para o Censo Demográfico 2000.

Princípios Gerais da Educação Inclusiva

Os princípios gerais visam à cidadania por completo, empenhando para que não haja discriminação. São eles:

- Respeito à dignidade da pessoa.
- Direito à igualdade de oportunidades.
- Direito à liberdade de aprender e de ser diferente.
- Direito à felicidade.

Princípios Específicos da Educação Inclusiva

Os princípios específicos embasam o atendimento educacional especializado no aluno portador de necessidades especiais. São eles:

- Normalização – oferecimento de oportunidades igualmente para as pessoas com necessidades educacionais especiais e as ditas normais.
- Individualização – adequação ao atendimento educacional, respeitando as diferenças individuais.
- Integração – ações interativas.
- Construção do real – resultado do que deveria fazer e o que é necessário fazer.
- Legitimidade – elaboração e formulação de políticas públicas, planos e programas apontando soluções propostas pelos portadores de necessidades especiais e de seus representantes legais.

Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989: “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.”¹⁹

¹⁹ MJ/CORDE/BSB 1996. LEI nº 7853/89 – Decreto nº 914/13

Na área da Educação:

- a) A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escola, o ensino fundamental e médio, as supletivas a habilitação e a reabilitação profissionais com currículos, etapas e exigências de diplomação própria.
- b) A inserção no referido sistema educacional das escolas especiais, privadas e públicas.
- c) A oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino.
- d) Obrigatoriedade de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares em que estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 ano para os educandos portadores de deficiências.
- e) Acesso aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda e bolsas de estudos.
- f) Matrícula compulsória em cursos regulares em estabelecimentos públicos e particulares no sistema regular de ensino.

As leis ou normas complementares de ensino já estão sendo postas em prática, porém, em certos aspectos, abrangem uma quantidade muito insignificante com relação à demanda da clientela existente. Pela Constituição Federal, capítulo II, seção I, artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.” Tendo em vista que a Constituição Federal é lei majoritária que rege nosso país, não seriam necessárias tantas outras leis para a criança com necessidades educacionais especiais, pois a elas foram concedido o direito a vida digna e o direito de ser um cidadão respeitado tanto quanto aqueles conhecidos como “normais”. Além disso, o artigo 208, inciso III, reassegura o “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

Por último, a Lei Federal 7.853 dispõe sobre o apoio aos portadores de necessidades educacionais especiais e sua integração social, definindo o preconceito como crime. Nesse sentido, nenhuma escola ou creche pode recusar, sem justa causa, o acesso da criança com necessidades educacionais especiais à instituição.

A legislação deve reconhecer o princípio de igualdade de oportunidades, de crianças, jovens e adultos com deficiências, na educação básica e superior, ensino ministrado, sempre que possível, em centros integrados.

Deverão ser adotadas medidas legislativas paralelas e complementares, em saúde, no bem-estar social, na formação profissional e no emprego, para apoiar e tornar efetivas a legislação educacional.²⁰

1.4 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades especiais garantindo:²¹

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Para atender as demandas da globalização e da diversidade das escolas do III milênio, surge a epistemologia chamada inclusão. A respeito desse novo pressuposto como de todos os outros que surgem criou-se polêmicas. A filosofia da

²⁰ Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 4, n.1, p. 7-17, jan./jun. 2008

inclusão no campo educacional também não foge a esta regra, a qual se torna saudável, pois provoca reflexões.

Em um mundo globalizado, de rápidas mudanças a ambiguidades de valores, o futuro se volta ao ser humano. Ao valor de suas produções, às alternativas e às inovações que conseguir implementar.

O mundo necessita de respostas às crescentes necessidades das mais variadas áreas. Cabe ao potencial humano desenvolver técnicas de superação de crises, de reorganizações de algumas estruturas e a criação de elementos adaptativos.

O paradigma da inclusão remete a pensar as questões do acesso e da qualidade na educação, chamando atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais a partir de uma visão abrangente do currículo, com vistas à eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e a aprendizagem de todos na escola.

Neste sentido, a política de educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento de ações estruturadas para atender as especificidades de cada aluno no processo educacional, dentre elas a ampliação da oferta de recursos e serviços que assegurem condições de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais.

A proposição da Nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 reflete a ampla discussão realizada nos diversos fóruns educacionais sobre inclusão no país, as conquistas do movimento das pessoas com deficiência, bem como os avanços dos marcos legais e educacionais. O documento configura a educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos a uma educação de qualidade e da organização de um sistema educacional inclusivo.

O documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” contextualiza a inclusão como um movimento mundial que se intensifica a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos – 1990, da Declaração de Salamanca – 1994 e da Convenção da Guatemala – 1999, configurando um novo paradigma educacional.

As políticas educacionais em todos os níveis, do nacional “ao local, devem estipular que a criança com deficiência frequente a escola mais próxima”.

O Brasil, nesta última década, destacou-se pela vanguarda de seus projetos inclusivos. A proposta brasileira de educação especial, na perspectiva inclusiva, se diferencia das demais, porque garante a educação a todos os alunos, indistintamente, em escolas comuns de ensino regular e a complementação do ensino especial. Essa inovação, como está claro na nova Política Nacional de Educação Especial, não só redimensiona a educação especial como provoca a escola comum, para que dê conta das diferenças na sua concepção, organização e práticas pedagógicas.

No Brasil, os sistemas de ensino ainda têm um caminho a percorrer para assegurar uma boa educação a TODOS. É importante compreender que a inclusão não é tarefa da educação especial, mas das redes públicas de ensino.

A educação como um direito de todos é o princípio constitucional que fundamenta a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a implantação de políticas públicas que conduzam à superação dos valores educacionais subjacentes à estrutura excludente da escola tradicional, constituindo ações direcionadas às condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas de ensino regular. Muitos sistemas de ensino já percorrem um caminho que busca concretizar este objetivo, cumprindo os preceitos constitucionais que garantem a plena participação e inclusão.

Desse modo, no que tange à educação especial, grande parte dos sistemas não aprofundou com radicalidade o sentido da educação inclusiva, de modo a alterar a atuação da educação especial dissociada do contexto das escolas regulares, passando a apoiar o desenvolvimento das escolas para uma perspectiva pedagógica que respeite as diferenças e atenda as necessidades específicas dos seus alunos no processo educacional.

É preciso construir condições favoráveis para a inclusão e essa materialidade só acontece a partir de uma sólida definição por um sistema educacional inclusivo. Portanto, esta é a justificativa para a elaboração de uma nova política, ou seja, a definição conceitual e a orientação para as mudanças no contexto educacional voltadas para garantir as condições de acessibilidade, a formação dos educadores, a oferta do atendimento educacional especializado e a organização da educação especial como parte do projeto pedagógico da escola, entre outras inerentes ao processo de inclusão e aprendizagem.

Este é o redimensionamento das políticas de educação e os documentos mais atuais que refletem uma avaliação da organização dos sistemas de ensino indicam uma transição do conceito de integração para o de inclusão, bem como o desenvolvimento para a reformulação das práticas pedagógicas.

A Política Nacional de Educação Especial sustenta uma perspectiva que é aquela resultante de um conjunto de forças e percepções que, em um dado momento histórico, é considerado o mais qualificado como orientação para os sistemas de ensino.

Apesar de termos marcos legais que ainda admitem que a escolarização em espaços específicos da educação especial seria recomendável para alguns sujeitos, como é o caso da Resolução nº 02, de 2001, do CNE, houve grandes alterações no plano legal quanto às possibilidades de inclusão escolar.

A política ganha corpo e nome ao entendermos que os gestores não têm apenas direito, mas têm obrigação de serem propositivos no que concerne à gestão das diferentes instâncias do sistema educacional. O que muda a partir desta Política é a ênfase no desenvolvimento dos sistemas educacionais inclusivos, onde a educação especial deve integrar a proposta pedagógica da escola, não mais organizada como modalidade substitutiva à escolarização.

O grande desafio colocado em nosso país é de alcançar uma educação de qualidade para todos, um objetivo que será construído em sintonia com a perspectiva da educação inclusiva, considerando que não há qualidade sem atenção à diversidade.

Neste sentido, as mudanças devem acontecer no âmbito geral dos sistemas de ensino e a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva exigirá que cada sistema reestruture a sua rede de ensino, assegurando a atuação da educação especial nas escolas regulares com propostas pedagógicas, recursos pedagógicos e de acessibilidade para a plena participação dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A partir dessa nova política é necessário um diálogo constante no interior dos sistemas de ensino. O foco deve ser o aluno com suas necessidades de aprendizagem cognitivas, afetivas e físicas. Isto implicará planejamentos em conjunto, investimento na formação inicial e continuada de pessoal, equipes de

trabalho que incluam profissionais com formações distintas e a reorganização da arquitetura da escola, entre outras ações.

Muitas escolas já vivenciam as mudanças impulsionadas pela educação inclusiva, garantindo o acesso e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. Porém, ainda há muitas barreiras a serem ultrapassadas para que a educação inclusiva seja, de fato e de direito, uma conquista da educação brasileira.

Embora esteja crescendo o número de matrículas desses alunos nas escolas comuns, estas precisam se mobilizar mais no sentido de compatibilizar suas intenções inclusivas com suas propostas de trabalho pedagógico e com o aprimoramento do processo educativo dos alunos. Mudanças substanciais na organização pedagógica do ensino comum constituem um grande desafio, que não está sendo suficientemente percebido pelos sistemas de ensino.

Ainda se atribui à educação especial a condução do projeto inclusivo em nossas escolas e persiste a ideia de que os alunos com deficiência e demais alunos da educação especial são os únicos excluídos de suas turmas!

O tempo e a defesa de uma posição firme e clara sobre o que representa a educação especial em uma dimensão inclusiva, pode ser (e será!) uma força para a transformação da realidade atual de nossas escolas ao abraçarem a inclusão. Este é um trabalho que exige perseverança e muito empenho do ensino comum articulado ao especial e de todos os que compõem as equipes de nossas escolas.

Do lado da educação especial também há muito a ser feito. Para a transformação de seus serviços, de modo a atender ao caráter complementar que lhes é atribuído, a formação de professores especializados em atendimento educacional especializado e de outros profissionais da Educação Especial vai exigir tempo, e é imprescindível que se dê prosseguimento aos cursos que a SEESP está promovendo, no momento, para formar professores em serviço em todo o Brasil, atendendo à demanda atual das escolas comuns de instalar seus serviços de atendimento educacional especializado.

As mudanças impulsionadas pela educação inclusiva estão aparecendo cada vez mais no cenário brasileiro. Vale destacar que a concepção do professor é que define a implementação das ações pedagógicas, tendo em vista a inclusão. Nesse sentido, a formação do professor é um desafio constante. Não se trata do professor ter conhecimento das especificidades e características das deficiências ou dos

indicadores de altas habilidades/superdotação dos alunos, mas sobretudo do professor ressignificar a base da sua prática educativa, ou seja, pensar o currículo, o planejamento e a avaliação sob a ótica da valorização da diversidade e do respeito à diferença.

A escola que entendeu o princípio da inclusão, sabe que precisa rever práticas pedagógicas, não porque agora tem a presença de um aluno com deficiência na sala de aula, mas porque compreendeu que não pode ignorar a diversidade de seus alunos.

De acordo com a nova política, o atendimento educacional especializado é promotor do acesso ao currículo, tendo função complementar e/ou suplementar.

A grande novidade da Política Nacional de Educação Especial é marcar a escola comum como lugar preferencial do atendimento educacional especializado, segundo o que prescreve a Constituição/88. A partir do que nos propõe a Política podemos inferir que o papel das instituições especializadas passará a ser mais forte e incisivo no sentido de garantir às pessoas com deficiência e a outros públicos da educação especial o que lhes é de direito, ou seja, a inserção total e incondicional no meio escolar, social, laboral, no lazer, nos esportes, na vida cidadã.

As instituições especializadas avançarão, portanto, no cumprimento de seus ideais maiores, ao assumirem esse papel. As escolas especiais terão de buscar novos rumos, porque o ensino especial não é mais substitutivo do ensino regular e todos os alunos devem estar juntos, aprendendo, segundo a capacidade de cada um, nas escolas comuns.

Com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial passa a integrar o sistema de ensino, assumindo sua especificidade de forma articulada à educação comum.

Essa proposição e este avanço de entendimento foi possível devido à organização de um amplo processo de discussão, que buscou contemplar os diferentes órgãos representativos da educação especial do país.

A nova política deixa claro que a Educação Especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, que complementa e suplementa e que deve prover o ensino educacional especializado, disponibilizar os serviços e recursos próprios desse atendimento, orientar alunos e professores. Isso “deve” ou “tem que” provocar uma mudança de mentalidade no âmbito educacional.

2 Educação Inclusiva – Formação de Professores, Currículo Adaptado

Para Mantoan ²² o ensino escolar brasileiro tem como grande desafio encontrar meios que possibilitem o acesso e permanência de educandos com necessidades especiais em suas instituições. Algumas instituições públicas e particulares já realizam mudanças na sua organização para que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas e, apesar de posições contrárias, cresce a adesão à inclusão.

Quando se fala de um ensino de qualidade que possibilite o desenvolvimento e aprendizagem de todos os educandos “[...] fica implícita a presença de professores com competências pedagógicas para trabalhar com a diversidade do aluno. Todavia, grande parte das escolas brasileiras não possui profissionais qualificados, especialmente professores de classes regulares para realizarem o atendimento pedagógico de alunos com necessidades especiais ²³.

Para Glat e Nogueira ²⁴ a oposição existente entre os ensinos regular e especial é uma consequência da formação tradicional dos educadores que concebe o desenvolvimento humano de forma inerte. No ensino regular o professor leciona para alunos que se enquadram no padrão determinado de aprendizagem. No ensino especial encontram-se os educandos com distúrbios ou dificuldades de aprendizagem e deficiências, cujo atendimento carece ser abordado durante a formação dos professores.

Bueno ²⁵ afirma que o ensino inclusivo demanda a formação de professores generalistas e especialistas. Os primeiros, regentes de salas regulares, receberiam alguns conhecimentos teóricos e práticos sobre a diversidade dos

²²MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

²³BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista brasileira de educação especial**, vol. 3, n. 5, 1999, p. 2-25.

²⁴GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

²⁵BUENO, 1993.

alunos. Enquanto os segundos teriam sua capacitação centrada nas distintas necessidades educacionais especiais, voltadas para o suporte, orientação e formação continuada dos professores do ensino regular e atendimento extraclasse e itinerante de alunos com necessidades especiais, o que condiz com o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação²⁶ que assegura às pessoas com demandas educacionais especiais professores especializados e professores de ensino regular capacitados.

Nos dias atuais de um mundo globalizado, com facilidade de se obter todas e quaisquer informações, a escola deixou de ser o principal agente da educação. A escola tradicional se depara com a necessidade de questionar seus métodos e propostas curriculares, diante do novo perfil de seus alunos.

O que ensinar, como ensinar, como avaliar e quais os objetivos a serem atingidos? Pontos, antes assegurados pelo sistema, começaram agora a ser discutidos.

2.1 Formação de Professores e a Escola Inclusiva

A formação dos professores constitui papel fundamental para a efetivação da inclusão, pois todos os alunos em determinado momento de sua vida escolar podem apresentar necessidades educacionais especiais e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas.

É importante salientar que a orientação inclusiva diz respeito à escola em sua totalidade, ou seja, todos necessitam estar abertos e preparados, para saber lidar com as diversas necessidades dos alunos, sendo um equívoco considerar que cabe ao professor de classe regular toda a responsabilidade na adoção dessa orientação.

A LDB, em seu inciso III art. 59, traça tais perfis de professores para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais: o professor de classe comum capacitado e o professor especializado em educação especial.

²⁶ BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que, em sua formação, de nível médio e superior, tiveram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para:

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;
- III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV – atuar em equipe inclusiva com professores especializados em educação.

Já os professores especializados são considerados aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possam comprovar: formação em curso de licenciatura em educação especial, complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial.

Entretanto, cada vez mais vem se formando a necessidade de incorporar nos programas de formação de professores conteúdos para aquisição de conhecimentos, competências e atitudes que permitam aos professores em formação compreender as complexas situações de ensino enfatizando-se especialmente estimular atitudes de abertura, reflexão, tolerância, aceitação e proteção das diferenças individuais e grupais.²⁷

A formação inicial deve considerar que a profissionalização implica autonomia, mas também responsabilidades e riscos assumidos pessoalmente e, portanto, uma ética exige uma capacidade para reconstruir e negociar uma divisão do trabalho flexível com outros profissionais – saber trabalhar em equipe, e passa pela atualização constante dos saberes e das competências.

O reconhecimento de tais implicações é fundamental aos professores da escola, inclusive, uma vez que estes devem ter autonomia suficiente para tomar

²⁷GARCIA. C. M. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Lisboa: Porto, 1999.

decisões imediatas que tenham em conta a individualidade dos seus alunos e a singularidade de cada situação escolar. Outro ponto considerado fundamental na formação de professores são as competências para criar ou utilizar outros meios de ensino, adotar um planejamento flexível, improvisar, implementar e explicitar um novo contrato didático.

O esforço para conseguir escolas mais participativas, onde professores sejam inovadores e façam adaptações curriculares, onde as classes sejam locais de experimentação, colaboração e aprendizagem, onde os alunos aprendam e se formem como cidadãos críticos.

Muitas dificuldades ocorrem quando a escola regular não permite o acesso do aluno “diferente” às situações educacionais comuns propostas para os demais colegas. As necessidades especiais que alguns alunos possam apresentar devem ser atendidas por meio do currículo regular, de maneira adaptada ou não. Se entendermos o currículo como o conjunto de ações que a escola formaliza em consonância com o projeto político pedagógico, o processo educativo assim norteado é o mesmo para todos os alunos, com a devida atenção às diferenças individuais, inclusive as diferenças mais acentuadas que se podem observar em alguns com relação aos demais.

Com a educação inclusiva, os professores da classe comum do ensino regular, a escola regular, passam a ter um novo alunado: alunos especiais, pessoas com necessidades especiais, estudantes que começam a frequentar, a pertencer às escolas da sua comunidade, onde seus irmãos, primos e vizinhos estudam.

Ao professor da sala de aula comum é imprescindível, além da capacidade de apoio, que esteja preparado para receber o “novo aluno”, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Portanto, é necessário saber o que o professor pensa suas expectativas, suas ansiedades frente ao diferente.

As crianças já nascem em um mundo estruturado pelas representações sociais, e é com essas representações que elas se desenvolverão. Assim, as crianças especiais já vêm rotuladas pela sociedade, ao entrar na escola terão que conviver com as representações que seu professor faz da sua diferença/deficiência, sejam elas quais forem.

Nesse sentido é que a representação que o professor faz de seu aluno é importante, ela definirá a forma das relações entre eles e dará sentido às experiências a serem vivenciadas.

O novo modo de ver a construção do conhecimento implica uma nova conduta. O modelo mental criado no âmbito da especificidade das deficiências deve ser substituído por outro que considera as interações como base da aprendizagem. Contudo, o que se faz pontual, atualmente, nas inclusões escolares é a dificuldade dos profissionais da educação em modificar suas concepções em relação ao que consideram como “diferentes”.

2.2 O Perfil da Escola Inclusiva

Sabe-se que a escola é a fonte para o desenvolvimento da cidadania, através dela é que são formados seres capazes de pensar, criticar, agir e transformar. Para que isso ocorra são necessárias mudanças no sistema educacional, caracterizado por práticas retrógradas e excludentes. “Escolas abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda demandam, portanto, uma ressignificação e uma reorganização completa dos processos de ensino e aprendizagem.”²⁸ Desta forma:

Considerando a heterogeneidade presente na sociedade, as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Nessa perspectiva, o desafio da educação é assegurar um ensino de qualidade que beneficie alunos com deficiência e com altas habilidades/superdotação, com a organização de escolas que promovam a participação e a aprendizagem de todos.²⁹

A inclusão de educandos com deficiência exige mudanças na organização e na prática educativa, como possibilitar o acesso destes educandos no ambiente escolar; construir um projeto pedagógico flexível no currículo, na avaliação, no tempo e espaço escolares; conceber atividades que possibilitem o desenvolvimento da autonomia e da criatividade dos educandos; empregar os recursos pedagógicos

²⁸ CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2004.

²⁹ BRASIL. Constituição de 1988. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Brasília: MEC, 2006 a. p.9.

conforme as necessidades dos alunos; possibilitar a formação contínua dos professores e desenvolver ações junto às famílias e à comunidade.³⁰

É papel da escola possibilitar o desenvolvimento do portador de necessidades especiais, melhorando sua qualidade de vida, propiciando condições para que sua individualidade se manifeste e possa ser adequadamente administrada, oferecendo diferentes possibilidades técnicas e instrumentais, como as salas de recursos multifuncionais, nas quais são realizadas atividades variadas como o ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outras complementações à escolarização para melhor prepará-lo para a vida em sociedade, bem como ampliar o reconhecimento coletivo dos direitos inerentes às pessoas portadoras de necessidades especiais. “A escola será um espaço sociocultural, em que as diferentes presenças se encontram, se criarmos condições para tanto.”³¹

Uma escola se distingue por um ensino de qualidade quando consegue aproximar os alunos entre si, tratar os conteúdos acadêmicos como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam e ter como parceiras famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência).

Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social.³²

Dessa maneira, a educação inclusiva enfatiza a necessidade de avançar até outras formas de atuação, em contraposições às práticas que têm caracterizado a integração escolar. Os educadores que se têm arriscado a educar com êxito as crianças com deficiência no marco da educação geral, sabem e argumentam que esses alunos “são um presente para a reforma educativa”. São estudantes que

³⁰ OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

³¹ CAVALCANTI, M. A. A escola que é de todas as crianças. **Revista Nova Escola**. São Paulo, n. 182, p. 40-45, mai. 2005.

³² STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

forçam a romper o paradigma da escolarização tradicional e obrigam a tentar novas formas de ensinar.

Por conseguinte, a educação inclusiva deve ser atendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Dito de outra forma: que todos sejam cidadãos de direito nas escolas regulares e aceitos com suas diferenças formem parte da vida daquela comunidade escolar e sejam vistos como um desafio a ser avançado. É desse modo que o conceito de inclusão/escola inclusiva trata de abordar as diferentes situações que levam à exclusão social e educativa de muitos alunos. Especialmente, quando defende que não basta os alunos com necessidades educacionais especiais estarem incluídos às escolas comuns, eles devem participar plenamente da vida escolar. Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos consideráveis “educáveis”.

Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos, não somente as crianças rotuladas como diferentes. A educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica. Em segundo lugar, é uma atitude, representa um sistema de valores e de crenças, não uma ação simplesmente, mas sim um conjunto de ações. Uma vez adotada por essa perspectiva por uma escola ou por um sistema de ensino, deverá condicionar as decisões e ações de todos aqueles que a tenham adotado, posto que incluir significa ser parte de algo, formar parte do todo: “[...] é uma forma de vida, uma maneira de viver juntos, baseado na crença de que cada indivíduo é valorizado e pertence a um grupo. Uma escola inclusiva será aquela em que todos os alunos sintam-se incluídos.”³³

Por esse prisma, percebe-se que a escola inclusiva centra-se em apoiar as qualidades e as necessidades de cada um e de todos os alunos na comunidade escolar, para que se sintam seguros e alcancem êxito. Requer pensar na

³³ SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista Inclusão**. Brasília, nº 1, p.7-18, out. 2005.

heterogeneidade do alunado como uma situação normal do grupo/classe e pôr em prática um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem a todos os alunos, pois o mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Transformar escolas que no passado não aceitavam alunos com deficiência e também alunos com outras características divergentes da maioria do alunado em escolas voltadas à diversidade humana capaz de fazer com que todos os alunos aprendam juntos e que cada aluno possa realizar seu potencial sem precisar ser igual aos outros.

Esta complexa tarefa se fundamenta em ideias exclusivas onde as novas escolas se chamam escolas inclusivas e têm segundo as principais características:³⁴

1. Um senso de pertencer – filosofia e visão de que todas as crianças pertencem à escola e a comunidade e de que podem aprender juntos;
2. Liderança – o diretor envolve-se ativamente com a escola toda no provimento de estratégias;
3. Padrão de Excelência: os altos resultados educacionais refletem as necessidades individuais dos alunos;
4. Colaboração e Cooperação – envolvimento de alunos em estratégias de apoio (ensino de iguais, sistema de companheiro, aprendizado cooperativo, ensino em equipe, equipe de assistência aluno/professor, etc.);
5. Novos papéis e responsabilidades – os professores falam menos e assessoram mais. Psicólogos atuam mais junto aos professores nas salas de aula, todo o pessoal da escola faz parte do processo de aprendizagem;
6. Parceria com os pais – os pais são parceiros igualmente essenciais na educação de seus filhos;
7. Acessibilidade – todos os ambientes físicos são tornados acessíveis e, quando necessário, é oferecida tecnologia assistida;
8. Ambientes flexíveis de aprendizagem – espera-se que os alunos se promovam de acordo com estilo e ritmo individual de aprendizagem e não de uma única maneira para todos;

³⁴ SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

9. Estratégias baseadas em pesquisa – aprendizado cooperativo, adaptação curricular, ensino de iguais, instrução direta, ensino recíproco, treinamento em habilidades sociais, treinamento em habilidades de estudar etc.;
10. Novas formas de avaliação escolar – dependendo cada vez menos de testes padronizados, a escola usa novas formas para avaliar o progresso de cada aluno rumo aos respectivos objetivos;
11. Desenvolvimento profissional continuado – aos professores são oferecidos cursos de aperfeiçoamento contínuo visando melhoria de seus conhecimentos e habilidades para melhor educar seus alunos.

Essas são características que deverão ser refletidas por todos os envolvidos no processo educacional (professores, pais, alunos, comunidade escolar e local), cada um reconhecendo seu papel e assumindo a responsabilidade na construção desse novo paradigma. Assim teremos maiores chances de alcançar uma bem sucedida educação.

Os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns. Pode-se afirmar isso na resolução CNE/CBE nº 2, sintetizando o texto de Salamanca quando diz: “Os sistemas escolares devem matricular todos alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”

Para que esse acesso seja assegurado é necessário que todas as instâncias (Federal, Estadual e Municipal) criem ações que garantam vagas no ensino regular para a diversidade dos alunos, independente das necessidades especiais que apresentam.

O Art. 8º, inciso I da Lei Federal nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, diz: “Constitui crime punível com reclusão de 1(um) a 4 (quatro) anos e multa: recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição do aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados de deficiência que porta.

Nessa perspectiva, a escola precisa passar por adaptação arquitetônica, adaptação curricular, preparação e capacitação dos profissionais envolvidos e preparação da comunidade escolar, pois este deve ser rico e variado, além de observar e valorizar tudo o que o aluno diferente traz consigo, assim como Mantoan deixa claro que incluir é não deixar ninguém de fora.

A função de uma inclusão institui a inserção de forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocadas na corrente principal. A meta principal da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo.³⁵

O conceito de escola inclusiva enquadra-se no princípio de igualdade de oportunidades educativas e sociais a que todos os alunos, sem exceção, têm direito, pretendendo significar que os alunos devem (ou têm direito de) ser incluídos no mesmo tipo de ensino. Isto é proposto no plano dos princípios, porque na realidade há que atender às diferenças individuais, no sentido de potencializar o desenvolvimento de acordo com as características de cada aluno, o que implica a flexibilização da organização escolar, das estratégias de ensino, da gestão dos recursos e dos currículos.

Fundamentalmente, a escola inclusiva pretende marcar a passagem de um modelo tradicional, em que havia turmas e escolas específicas do ensino especial, centrado no professor de educação especial, para um novo modelo em que os alunos com necessidades educacionais especiais são incluídos em turmas do ensino regular, onde todos os alunos possam aprender a conviver com as diferenças.

A Educação Inclusiva:

- Reconhece que todas as crianças podem aprender;
- Reconhece e respeita as diferenças de cada criança;
- Prepara as estruturas e os sistemas de ensino, e suas metodologias, a atenderem as necessidades de todas as crianças;
- Engloba abordagens de ensino centradas na criança, ao invés de centradas nos currículos escolares.

As abordagens de ensino centradas nas crianças baseiam-se no reconhecimento de que indivíduos aprendem e se desenvolvem de maneiras

³⁵ MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A Integração de Pessoas com Deficiência**: Contribuições para uma Reflexão sobre Inclusão Sócio-Educacional. São Paulo: Mackenzie, 2002.

diferentes e em ritmos diferentes. Tais abordagens buscam criar ambientes de ensino que correspondam às necessidades de cada criança incluindo as especiais.

Na busca por essa mudança surge o paradigma da Educação Inclusiva que pretende resgatar a valorização do ser humano e suas diferenças e potencialidades. Esse novo paradigma propõe uma sensibilização de todas as pessoas de maneira a reafirmar na sociedade a importância e necessidade de ampliar e assegurar o respeito aos direitos sociais, políticos e econômicos de todo cidadão.

Não se pode considerar inclusão como uma simples inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. A inclusão é uma política educacional muito ampla, pois implica dar outra lógica para a escola de forma a não se pensar na possibilidade de nenhuma criança ficar fora dela. É necessariamente pensar num novo paradigma que resgata a educação como um bem social, que deve estar aberto a essas diversidades. Pensar a inclusão é pensar a escola e todas as novas demandas da sociedade atual e exigências desse novo alunado.

Assim, pode-se refletir sobre educação inclusiva como um processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentes de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades. Essa é uma forma de inserção em que a escola tradicional é modificada para ser capaz de acolher a essa diversidade.³⁶

Portanto, o primeiro passo para se criar uma escola inclusiva e de qualidade é estabelecer uma filosofia baseada nos princípios democráticos, igualitários, voltada às necessidades gerais do aluno, abrangendo não somente a realização acadêmica, mas também a social, emocional, responsabilidade pessoal e coletiva e a cidadania.

Pretende-se uma escola aberta à diversidade, consciente de suas funções sociopolíticas, ao lado das pedagógicas, uma escola sintonizada com os valores democráticos. Mais importante do que conceber a escola como transmissora de conteúdos é concebê-la como o espaço privilegiado de formação e de exercício da cidadania. Como a escola também é o espaço dos escritos há que, nela, favorecer a apropriação e a construção de conhecimentos com reflexão crítica.

³⁶ SASSAKI, 1994, p.41

2.3 Adaptações Curriculares de Grande e Pequeno Porte

Novas realidades e novos paradigmas emergem na sociedade humana, nos dias de hoje. Uma sociedade mais permeável à diversidade questiona seus mecanismos de segregação e vislumbra novos caminhos de inclusão social da pessoa com deficiência. Este fato tem estimulado e fomentado as adaptações arquitetônicas e curriculares, o uso de tecnologias assistivas em ambiente educativo, possibilitando o seu processo de aprendizagem, desenvolvimento e acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, escola, tecnologias, etc.

As propostas curriculares devem reconhecer e valorizar os alunos em suas peculiaridades étnicas, de gênero, cultura; precisam partir de suas realidades de vida, de suas experiências, de seus saberes, fazeres e são tramadas em redes de conhecimento que superam a tão decantada sistematização do saber.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que concorram para diminuir/eliminar as barreiras que se interpõem aos processos de ensino e de aprendizagem.

O currículo oferecido em sala de aula é um dos elementos-chave para o sucesso educacional dos estudantes. A área de currículo escolar tem progredido durante as últimas décadas. Assim como a vida, escolas e salas de aula são muito complexas, o currículo não funciona isoladamente de todo o resto da escola, e influencia a sala de aula. Em consequência, quando as escolhas curriculares forem feitas, o contexto da sala de aula deverá apresentar as necessidades a serem consideradas em relação aos resultados desejados. Similarmente os parâmetros e as exigências do sistema educacional que dirigem a sala de aula também devem requerer a atenção para que os resultados desejados do currículo sejam obtidos.

Mantoan defende uma escola que reconheça a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada.³⁷ Aceitar e valorizar a diferença na escola significa “mudar de lado” e romper com os pilares nos quais a escola se tem firmado até agora. Nesse

³⁷ MANTOAN, 2006, p.20

contexto, em escolas e salas de aula inclusivas as singularidades de cada aluno são celebradas. Currículos padronizados e materiais impostos pelo sistema, que é supostamente desenvolvido para os alunos, estão, por definição, na direção oposta para individualização tendo por base as necessidades dos alunos.

Portanto, é preciso romper com as exigências do sistema operante e celebrar as adequações curriculares, respeitando e valorizando as diferenças de cada um, pois o currículo não opera em um vazio.

Cada sistema é uma mistura única de todos os indivíduos envolvidos que operam dentro dele. Nas tomadas de decisão, o mais relevante é priorizar os recursos dos educadores, alunos e membros da comunidade que fazem o sistema.

Para conseguir atender a diversidade dentro da proposta inclusiva, é preciso implementar as mais avançadas opções curriculares disponíveis, devendo reconhecer e trabalhar para estimular as influências contextuais e sistêmicas que podem melhorar de forma mais eficaz o currículo fornecido.

Entenda-se por adaptações curriculares as modificações realizadas por professores espontaneamente e todas as estratégias que são intencionalmente organizadas para dar as respostas de cada aluno. Quando se fala de adaptações curriculares está se falando de planificação e atuação do docente e não da organização de outro currículo, muito empobrecido pela errônea suposição da impossibilidade do aluno aprender.³⁸

As adaptações curriculares são ajustes que cabem ao professor realizar. É uma das primeiras responsabilidades do professor, quanto à tarefa de garantir o acesso de todos os seus alunos ao conhecimento que lhe cabe socializar e prover os ajustes na utilização do espaço. Eles são importantes para permitir que os alunos, por exemplo, que apresentam dificuldades para se locomover ou que não possuem visão funcional, possam se deslocar sem maiores riscos pela sala de aula para buscar material no armário, para interagir com a professora, quando esta se encontra distante, ou para se reunir a colegas, para trabalho em grupo.

Os parâmetros curriculares nacionais preconizam a atenção à diversidade da comunidade escolar e baseiam-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender à necessidade particular de aprendizagem dos alunos. Consideram que a atenção à diversidade deve concretizar-se em

³⁸ CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 2002. p.82

medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também seus interesses e motivações.

Para tanto, o trabalho deve ser em conjunto, por isso é necessário que o corpo docente e não cada professor compartilhe a responsabilidade do ensino ministrado a essas crianças. O trabalho de parceria dentro da escola e as inter-relações com a comunidade, pais e outros responsáveis devem ser incentivados, visto que essa é uma meta para o alcance dos objetivos da educação inclusiva, a escola isoladamente não conseguirá cumprir esse papel.

Os diretores escolares neste contexto devem ser convidados a criar procedimentos mais flexíveis de gestão, a remanejar os recursos pedagógicos, a diversificar as opções educativas, estabelecer relações com pais e comunidade. Para tanto, vale ressaltar a importância de promover uma gestão democrática e participativa, pois, como afirma Luck, a gestão escolar promove a redistribuição das responsabilidades que intensificam a legitimidade do processo de ensino e aprendizagem.³⁹

As adaptações curriculares de grande porte compreendem ações que são da competência e da atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que estão além das possibilidades das escolas e dos professores.

Qualquer adaptação curricular de grande porte, como criar condições ambientais, físicas e materiais para o trabalho com o aluno, adaptações dos mobiliários específicos, aquisição de equipamentos, capacitação dos professores e outras, devem existir para atingir as reais necessidades dos alunos. Portanto, é necessário fazer uma avaliação criteriosa do aluno, do contexto escolar e familiar para a busca de identificação dos elementos adaptativos necessários para o desenvolvimento do aluno.

Sabemos que dificilmente as adaptações que se fazem necessárias para a construção de um sistema educacional inclusivo sejam possíveis de serem realizadas todas de imediato, mas gradativamente se todas as ações forem planejadas estrategicamente.

Existem várias modalidades de adaptações curriculares de grande porte, como exemplo:

³⁹ LUCK, H. **Integração: Administração, supervisão e orientação educacional**. Petrópolis: Vozes, 1999.

- Para atender as necessidades especiais comuns em alunos com deficiência visual;

Deve-se facilitar o acesso dessas crianças à educação de qualidade, organizar as escolas, de forma a facilitar a mobilidade e evitar acidentes: colocação de extintores de incêndio em posição mais alta, etc. aquisição de instrumentos e equipamentos que favoreçam a comunicação escrita como: máquina de Braille, reglete, soroban, bengala longa, livro falado, softwares educativos ampliados, computador com sintetizador de voz como (jawz e dosvox), etc.

- Para atender as necessidades especiais comuns em alunos com deficiência auditiva:

É necessário providenciar salas adequadas, treino de fala, ritmo, aquisição de instrumentos e de equipamentos, ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, para alunos e professores, entre outros.

- Para atender as necessidades especiais comuns em alunos com deficiência física:

É importante fazer as adaptações arquitetônicas no prédio escolar como: rampa simples, rampa deslizante, elevador, banheiro adaptado (vaso, chuveiro, pia, piso antiderrapante), pátio de recreio, barras de apoio, alargamento de portas, bebedouro etc. Isso facilitará a locomoção dos alunos permitindo que eles tenham acesso a todos os ambientes da escola. Material de apoio pedagógico como: pranchas ou presilhas para prender o papel na carteira, suporte para lápis, sinalizadores mecânicos, entre outros.

- Para atender as necessidades especiais comuns em alunos com altas habilidades/superdotação.

É importante prover ambientes favoráveis para aprendizagem como ateliê, laboratórios, bibliotecas, etc. adquirir materiais e equipamentos que facilitem o trabalho educativo: lâminas, pôsteres, murais, computadores, etc.

Há uma infinidade de recursos e providências que o sistema educacional e mais especificamente as Secretarias Municipais de Educação podem prover para que o ensino seja aberto a todos, atendendo a demanda e necessidades do alunado.

Outras adaptações como a de objetivos e conteúdos são recursos importantes e que necessitam de uma abertura do sistema para que o professor possa eliminar as barreiras discriminatórias que ainda se prendem à educação.

As adequações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual, ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Realizam-se em três níveis:

- No âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar);
- No currículo desenvolvido na sala de aula;
- No nível individual.

Adequações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) referem-se a medidas de ajuste do currículo em geral, que nem sempre precisam resultar em adequações individualizadas.

Essas ações visam flexibilizar o currículo, para que ele possa ser desenvolvido na sala de aula e atender às necessidades especiais de alguns alunos.

As adequações curriculares no nível do projeto pedagógico devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio. Elas devem propiciar condições estruturais para que possam ocorrer no nível da sala de aula e no nível individual, caso seja necessária uma programação específica para o aluno.

As decisões curriculares devem envolver a equipe da escola, para realizar a avaliação, a identificação das necessidades especiais e providenciar o apoio correspondente para o professor e o aluno. Devem reduzir ao mínimo, transferir as responsabilidades de atendimento para profissionais, fora do âmbito escolar, ou exigir recursos externos à escola.

Felizmente, para o movimento da escola inclusiva, tal visão do currículo está sendo cada vez mais rejeitada por professores progressistas do ensino regular. O professor como mediador dos alunos que estão ativamente envolvidos no processo de aprendizagem de informações, em vez de transmissor de um currículo padronizado. O professor pode ensinar ou compartilhar seu conhecimento com alunos por meio de mini-aulas ou de outros meios, mas seu enfoque primordial é apoiar e estimular os alunos a envolverem-se ativamente em sua própria aprendizagem.⁴⁰

As necessidades especiais revelam que tipos de ajuda, diferentes dos usuais, são requeridos, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas da adequação progressiva do

⁴⁰ ROSA, D. E.; SOUZA, V. C. de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

regular, buscando garantir que os alunos participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considerando as especificidades que as suas necessidades possam requerer.

O currículo, nessa visão, é um instrumento útil, uma ferramenta que pode ser alterada para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, resultando em alterações que podem ser de maior ou menor expressividade. A maior parte das adequações curriculares realizadas na escola é considerada menos significativa, porque se constituem em modificações menores do currículo regular e são facilmente realizadas pelo professor no planejamento normal das atividades docentes e constituem pequenos ajustes dentro do contexto normal de sala de aula.

Quanto às adaptações de pequeno porte, pode-se dizer que são aquelas que cabem aos professores realizar para implementar e garantir o acesso do aluno com necessidades especiais a todas as instâncias do currículo escolar como: criar condições físicas e ambientais de participação do aluno com necessidade especial na sala de aula; favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar; favorecer a participação do aluno nas atividades escolares; atuar para a aquisição dos equipamentos e materiais específicos; adaptar sistemas alternativos de comunicação para os alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação; favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia ou de fracasso.

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo mas um dinâmico, alterável, passível de ampliações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.⁴¹

O currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças, e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com habilidades e interesses diferentes.

⁴¹ Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p.3

Crianças com necessidades educacionais especiais devem receber apoio instrucional adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferente. O princípio norteador será o de providenciar a todas as crianças a mesma educação e também prover assistência adicional e apoio às crianças que assim o requeiram.

A aquisição de conhecimento não é apenas uma simples questão de instrução formal e retórica. O conteúdo do ensino deve atender às necessidades dos indivíduos, com o objetivo de torná-los aptos a participar plenamente no desenvolvimento. O ensino deve ser relacionado às próprias experiências dos alunos e com seus interesses concretos, para que assim se sintam mais motivados.

Para que o progresso da criança seja acompanhado, as formas de avaliação devem ser revistas. A avaliação formativa deverá ser incorporada no processo educacional regular, no sentido de manter alunos e professores informados do grau de aprendizagem alcançada, bem como identificar as dificuldades presentes, para auxiliar os alunos a superá-las.

Diante disso, podemos pensar que em necessidades educacionais especiais não significa pensar nas dificuldades específicas dos alunos, mas pensar no que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades de um modo geral.

Para alunos com necessidades educacionais especiais deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima, nas classes comuns, até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico, na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo.

Quando necessário, dever-se-á recorrer a ajudas técnicas apropriadas e exequíveis, para se obter uma boa assimilação do programa de estudos e facilitar a comunicação, a mobilidade e a aprendizagem. As ajudas técnicas tornar-se-ão mais econômicas e eficazes, quando vindas de um centro comum em cada localidade, no qual se disponha de conhecimentos técnicos, para ajustá-las às necessidades individuais e mantê-las atualizadas.

Logo, pensar acerca da escola inclusiva nos remete a buscar alternativas de diferenciação pedagógica, possibilitando a todos o direito social de aprendizagem. Assim, requer, da mesma forma, a transformação das práticas pedagógicas quando dimensionadas em práticas avaliativas, a fim de que estas não se constituam num mecanismo de seleção classificatória na fabricação de sucessos

e de fracassos escolares, mas possibilitem a orientação da prática docente, na tentativa constante de aprimorar as práticas educativas e reduzir as desigualdades e os preconceitos pedagógicos.

Diante disso, uma pedagogia mediadora e centrada na criança precisa romper com os laços de preconceitos e rótulos que até então permearam o cenário educacional, buscando criar condições para que os alunos se desenvolvam plenamente. É preciso deixar de ser mero executor de currículos e programas predeterminados, para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequados ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos alunos, considerando suas potencialidades e necessidades.

Mudar o contexto educacional é urgente e necessário visto que, durante anos, foi comprovado que essa forma ultrapassada, tradicionalista de educação que vem se arrastando séculos a séculos, não atende nem nunca atendeu as reais necessidades das pessoas.

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos da sociedade e da educação, sem possibilidade de acesso à escolarização. Enfrentar esse desafio é condição essencial para atender à expectativa de democratização da educação em nosso país e às aspirações dos que almejam o seu desenvolvimento e o seu progresso.

2.4 Classificação das Deficiências e o Atendimento Educacional Especializado

As clientela atendidas pela Educação Especial são os educandos portadores de necessidades especiais.

O aluno de educação especial é aquele que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades educativas especiais, classifica-se em portadores: de deficiência (mental, visual, auditiva, física, múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadores de altas habilidades/superdotação.

A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. A escola, nesse contexto, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas podendo e devendo ser fatores de enriquecimento.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, indiscutivelmente, tem que ter a função complementar ou suplementar, assim como as instituições especializadas ou as escolas especiais. Esse é o impacto da educação especial para o Brasil sair da assistência e ter como paradigma a escolarização, e com isto flexibilidade curricular, procedimentos e recursos pedagógicos visando à aprendizagem dos educandos, avaliações e terminalidade, a partir das condições cognitivas de cada educando.

A oferta de atendimento complementar ou suplementar, por profissional com formação em educação especial, deve fazer parte de um conjunto de propostas/atividades que articulam a sala de aula do ensino regular e outros espaços educativos, sem prejuízo ao acesso do aluno à sua classe de referência.

A tendência atual é alocar gradativamente o atendimento educacional especializado – AEE, nas escolas comuns, como é prescrito nos textos legais referentes à educação em geral e à educação especial.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (art. 58 e seguintes), “o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular” (art. 59, § 2º).

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência. São consideradas matérias do Atendimento Educacional Especializado: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para surdos; Código Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras.

O papel da instituição especializada é o de oferecer aos alunos com deficiência conhecimentos que não são próprios dos currículos da base nacional comum e, como defensoras dos interesses das pessoas com deficiência, cuidar para que as escolas comuns cumpram o seu papel. Caso sejam encontradas resistências das escolas comuns da rede regular em aceitar as matrículas, ou manter as já existentes, mesmo com o apoio das instituições especializadas, os dirigentes dessas devem orientar e acompanhar os pais para denunciarem o fato aos órgãos do Ministério Público local.

Para garantir maior qualidade no processo de inclusão de seus alunos, a instituição especializada pode celebrar acordos de cooperação com escolas comuns do ensino regular, públicas ou privadas, de maneira que estas matriculem as crianças e os adolescentes em idade de Educação Infantil (0 a 6 anos) e Ensino Fundamental (6 a 14 anos), atualmente atendidas nos espaços educacionais especiais, desde que esses acordos não substituam a educação escolar em todos os seus níveis.

Para crianças e jovens de 6 a 14 anos: o Atendimento Educacional Especializado é sempre complementar e não substitutivo da escolarização em salas de aula de ensino comum. Quando necessário esses alunos devem ter providenciado o Atendimento Educacional Especializado na instituição, em horário distinto daquele em que frequentam a escola.

Para adolescentes e adultos com idade para o trabalho: é importante facilitar a inserção efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho, através de capacitação e do apoio jurídico em casos que necessitem de interdição judicial, incentivando sempre que possível a interdição parcial, para que a pessoa possa continuar exercendo atos de cidadania.⁴²

Pessoas com deficiências

Mental – caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, provido no período de desenvolvimento, simultaneamente com limitações associadas a duas áreas de conduta adaptativa ou

⁴² FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. et al.(org.), 1969 - **Aspectos legais e orientação pedagógica** (Atendimento Educacional Especializado) São Paulo: MEC/SEESP, 2007.60p.

da capacidade do indivíduo em responder, adequadamente, às demandas da sociedade nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados especiais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho.

Física – é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou, ainda, de má formação congênita ou adquirida.

Auditiva – são as perdas totais ou parciais, congênicas ou adquiridas, da capacidade de compreender a fala através do ouvido.

Manifesta-se como:

- surdez leve/moderada – perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem utilização de um aparelho auditivo.
- Surdez severa/profunda – perda auditiva acima dos 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral.

Os alunos portadores de deficiência auditiva necessitam de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para a correção e o desenvolvimento da fala e da linguagem.

Visual – é a redução ou a perda total da capacidade de ver com o melhor olho após a melhor correção ótica; manifesta-se como cegueira ou visão reduzida.

Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou resíduo mínimo de visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação.

Múltipla – é associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

As principais necessidades educacionais serão prioridades e desenvolvidas através das habilidades básicas, nos aspectos sociais, de auto-ajuda e de comunicação.

Pessoas com Condutas Típicas - comportamentos típicos e pessoas com síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos com repercussão

sobre o desenvolvimento e o comprometimento no relacionamento social em grau que requeira atendimento educacional especializado.

Crianças de Alto Risco – são as que têm o desenvolvimento ameaçado por condições de vulnerabilidade decorrentes de fatores de natureza somática, como determinadas doenças adquiridas durante a gestação, alimentação inadequada tanto da gestante quanto da criança, ou nascimento prematuro.

Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação – notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados. Capacidade intelectual geral; aptidões acadêmicas específicas; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora.

3 Pesquisa Social: o estudo de caso em uma escola inclusiva

Em consonância com o exposto nos capítulos anteriores, é justo e necessário fazer um estudo, em uma escola pública do município de Cristalina-GO, a fim de conhecer a realidade do processo de educação inclusiva bem como seus sucessos e falhas. A escola escolhida para a pesquisa foi a primeira escola do município a receber sala de recursos e atender alunos especiais, alguns oriundos da Associação de Pais de Alunos Excepcionais - APAE, e outros que estavam segregados no seio familiar. Diante disso, como a escola pode pautar seus esforços para a implementação da Educação Inclusiva?

A Escola Municipal em Cristalina onde foi realizada a pesquisa foi fundada em 2005. É mantida pelo município e atende somente do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, incluindo a Sala de Recursos, e conta hoje com 22 turmas, matutino e vespertino, perfazendo um total de 501 alunos e 54 profissionais.

A missão da escola visa desempenhar um trabalho de qualidade procurando atender as perspectivas da comunidade escolar, buscando novas parcerias para melhorar o aspecto da escola em todos os sentidos.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta da Educação Inclusiva e que se aplicam a todas as etapas e modalidades de ensino na educação básica, torna-se importante oferecer às escolas municipais serviços especializados que lhes permitam enfrentar as mudanças que se impõem, face às atuais exigências da Universalização da Educação, com boa qualidade.

A sala de recursos multifuncional é um projeto da secretaria municipal de educação, que iniciou em 2007, no município de Cristalina-GO, visando atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com as diretrizes nacionais, a sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico especializado, no qual o professor realiza a complementação ou a suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos.

A sala de recursos é um espaço de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, visando à superação das dificuldades de aprendizagem e ao desenvolvimento de diferentes possibilidades dos sujeitos. As atividades nesta sala devem seguir uma dinâmica de trabalho condizente com as dificuldades e necessidades dos alunos e dos recursos a serem adaptados.

A escola escolhida para fazer o estudo de caso está localizada no município de Cristalina-GO. Atende a 501 quinhentos e um alunos, sendo 23 vinte e três deles alunos com necessidades educacionais especiais: DA - deficiente auditivo, DM - deficiente mental (leve e moderado), DV - deficiente visual, baixa visão e outras síndromes. Em questionário respondido pela diretora da escola que trabalha nesse estabelecimento de ensino há oito anos e há três anos como diretora, foi possível coletar informações que permitiram perceber como a escola está estruturada em relação à educação inclusiva, às adaptações que foram realizadas e ao apoio oferecido aos professores e alunos.

3.1 Metodologia da Pesquisa Social

A metodologia desta pesquisa constitui-se inicialmente de uma análise dos dispositivos legais que amparam a educação inclusiva. Para tanto foi necessário realizar a coleta de dados e informações sobre o tema em estudo a fim de encontrar subsídios, que facilitem e/ou apoiem o trabalho do pesquisador no contexto inclusivo. Com intuito de perceber esta dinâmica foi definido que a pesquisa se apoiaria numa abordagem qualitativa, visto que essa é uma pesquisa que se preocupa com a compreensão e a interpretação do fenômeno em estudo. Nas palavras de Chizzotti: “A abordagem qualitativa parte do fundamento, que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objeto e subjetividade do sujeito.”⁴³

⁴³CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.79.

Como método de procedimento foi utilizado o estudo de caso que, de acordo com LUCK, visa a descoberta de algo, enfatiza a interpretação em contextos, busca retratar a realidade de forma completa e profunda.⁴⁴

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário semi-estruturado composto por 10 (dez) perguntas. A aplicação dos questionários ocorreu no mês de abril de 2010 mediante contato e autorização da diretora da escola. Em seguida foi exposto o objetivo do trabalho, bem como o sigilo das informações, que somente servirão de apoio à pesquisa. Com o consentimento da diretora da escola, cada educador recebeu um questionário para ser respondido e devolvido posteriormente.

A pesquisa apoiou-se no método indutivo, visto que se partiu de casos específicos inerentes à realidade da educação inclusiva na escola e pretendeu-se estabelecer analogicamente relações de similaridades com o contexto global.

De acordo com os objetivos traçados pretendeu-se fazer uma análise de como é vista a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais pelas pessoas de dentro e de fora da escola, bem como todos os instrumentos, estratégias e adaptações que foram necessários fazer para a concretização dessa proposta.

Enfim, por se tratar de uma pesquisa descritiva objetivou-se nesta investigação retratar características da educação inclusiva de acordo com o que foi proposto na LDB (1996) e na Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), o que permitiu compreender até que ponto esse novo paradigma da educação foi internalizado pela escola.

Os sujeitos participantes desta pesquisa são pessoas que trabalham na escola e que, de certa forma, estão em contato direto ou indireto com as crianças especiais. Os sujeitos da pesquisa são: 06 (seis) professores do ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), 02 (dois) professores da sala de recursos multifuncional, a coordenadora pedagógica e a diretora da escola.⁴⁵

⁴⁴ LUCK, 2001, p.18

⁴⁵ O nome da escola, das professoras, da coordenadora e diretora não foi mencionado para que as mesmas tenham sua identidade preservada.

3.2 Sistematização e Análise dos Dados da Pesquisa Social

Para que a proposta de Educação Inclusiva se efetive na escola é importante e necessário realizar mudanças em todo sistema de trabalho, visto que a educação não se faz somente com a participação de professores e alunos.

A proposta de educação inclusiva deste município chega às escolas por meio da Secretaria Municipal de Educação que, conhecendo a realidade destas, visa buscar parcerias com outras secretarias, ONG's, e outras, a fim de que todos juntos possam melhor viabilizar esse processo. Assim, como define a Declaração de Salamanca:

Os serviços de apoio externo são de capital importância para o êxito das políticas educativas integradoras. Para garantir que se prestem serviços externos em todos os níveis, as crianças com necessidades educacionais especiais, as autoridades de educação deverão levar em conta que as escolas deverão utilizar cada vez mais as instituições de formação de professores, centros especializados como apoio. Deverá ter apoio externo prestado por pessoal especializado de distintos organismos, departamentos...⁴⁶

Hoje, mais do que ampliar e aprofundar os marcos legais, devemos concretizar, no cotidiano, as conquistas positivas na legislação brasileira em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais. Existem vários aspectos, por exemplo, a Legislação Federal, que está norteando o trabalho dentro da política da educação inclusiva, visto que a legislação é a base de tudo. A legislação atualmente é bem avançada, pois existe uma série de tratados e convenções sobre esse tema. Não basta apenas ter uma legislação, é necessário cumpri-la e criar a própria legislação municipal dentro de uma proposta do Plano Municipal de Educação, inserir a Política de Educação Especial e de Educação Inclusiva, juntamente com o Conselho Municipal de Educação – CME e Secretaria Municipal de Educação.

Trabalhar com a inclusão é um desafio cotidiano, visto que ninguém tem conceitos prontos e estabelecidos, o trabalho se constrói com todas as linhas do pensamento, com as mãos, com o coração, se não o trabalho não é inclusivo. É o desenvolvimento do trabalho que vai demonstrando que determinadas ações estão mais certas ou menos certas, e assim ninguém diminui ou ameniza a probabilidade de erros, pois a inclusão não é uma dádiva, ninguém está dando nada a ninguém,

⁴⁶ FELTRIN, A. E. **Inclusão Social na Escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.

inclusão é um direito de todos, pois a sociedade acaba refletindo a escola e a escola reflete a sociedade, é uma dialética que não muda, mas todas as mudanças, a transformação de postura, visão de mundo, de conceitos que a escola consegue elaborar, esse vai para a sociedade. Aquilo que vem da escola, vem com mais profundidade, com mais força e é sedimentado com mais tranquilidade, pois o espaço de transformação da sociedade é a escola, se bem trabalhado, caso contrário a escola torna-se o espaço da escravidão, da falta de visão crítica, de maturidade, etc.

Diante desse novo formato de educação, percebe-se que o trabalho está apenas começando e necessita de muitos ajustes, mas o “ponta pé” inicial foi dado nesta escola. O que precisa ser feito de agora em diante é avaliar cada processo para que possa corrigir os erros que forem surgindo. É preciso ter consciência de que mais do que implementar uma nova política de educação, é necessário avaliar o impacto que esta vai causar nas escolas, para que esta não se torne mais uma política idealista e utópica.

Finalizando este relato sobre a sistematização e a análise dos dados da pesquisa social, concluo esta parte, ressaltando que mesmo não tendo a pretensão de defender bandeiras de instituições ou estabelecer um ideário para a Educação Inclusiva, acredito que esta dissertação possa contribuir no entendimento da inclusão escolar.

3.2.1 Dados da Pesquisa Social com a Direção da Escola

O movimento pela Educação Inclusiva tem implicado em novas concepções de aprendizagem e de atendimento educacional de crianças, jovens e adultos. A escola comum deve se ampliar e se preparar adequadamente, a fim de responder satisfatoriamente às demandas cognitivas de qualquer aluno, principalmente, no foco desse trabalho final, os alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse processo, para que a escola não se configure como espaço de reforço às desigualdades, em prejuízo de sua função social, que é promover ambiente de estímulo, desenvolvimento e construção de conhecimento, é preciso

saber trabalhar com as diferenças, seja elas de que instâncias forem. O papel do(a) diretor(a) escolar é direcionar as ações dentro do sistema de ensino para oferecer a todas as crianças não somente o acesso e a permanência na escola, mas também os serviços que forem necessários para garantir a aprendizagem escolar. Destaco a seguir o questionário aplicado à diretora da escola.⁴⁷

O questionário é composto por 10 dez perguntas e inicia-se com o seguinte questionamento: Qual é sua opinião sobre educação inclusiva? A diretora da escola entende por educação inclusiva como “uma educação que garante atendimento especializado aos alunos portadores de deficiências.” Esse novo processo educacional iniciou na escola no ano de 2006 e a cada ano o número de alunos vem aumentando gradativamente.

A segunda pergunta questiona como a escola recebeu a incumbência para de fato efetivar a educação inclusiva? Com alternativas flexíveis, quebra de paradigmas, muito diálogo, certa insegurança frente ao novo alunado, porém buscando ajuda e ampliando os horizontes para de fato efetivar a inclusão.

A terceira pergunta questiona se a diretora acha que a Escola está preparada para um projeto de inclusão. Precisa marcar Sim ou Não e Explicar a escolha. A diretora marcou Não, porque, segundo ela, os professores precisam receber capacitação e a estrutura física não está adequada para receber esses alunos, como determina a lei.

A pergunta de nº 4 questiona se o projeto de inclusão é direcionado a todos os alunos. Precisa marcar Sim ou Não e explicar o porquê. A diretora marcou Sim e comentou que dentro das possibilidades tenta atender a todos, porém, tem consciência de que sempre fica algo por fazer.

A quinta pergunta questiona se a escola tem adaptações arquitetônicas adequadas para receber alunos com deficiência física ou visual. Marcar Sim ou Não, e, se a resposta for afirmativa, enumerar três adaptações. A resposta da diretora foi afirmativa e sobre as adaptações arquitetônicas do prédio escolar para permitir o acesso a todos às dependências da escola dos alunos com deficiência física foram construídas rampa na entrada da escola e em algumas dependências da escola já foram colocadas barras de corrimão, alargamento das portas, bebedouro e banheiros adaptados.

⁴⁷ Ver Apêndice A

A sexta pergunta questiona sobre o procedimento da diretora quando a escola efetua a matrícula de um aluno com necessidades educacionais especiais. A diretora reconhece a responsabilidade como sendo de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, desde o momento em que se efetua a matrícula até o momento em que este aluno deixar de fazer parte da escola. Assim que efetua a matrícula o(a) aluno(a), é apresentado à coordenadora e, em seguida, a diretora chama a professora que irá recebê-lo(a) em sua sala de aula, fala sobre sua limitação e depois o(a) aluno(a) é encaminhado para a sala de aula. Depois, a diretora convida as professoras da sala de recurso para ter conhecimento sobre o(a) aluno(a) e conseqüentemente agendar horários para atendimento no AEE – Atendimento Educacional Especializado.

A sétima pergunta questiona sobre as maiores dificuldades encontradas para efetivar a inclusão. Neste questionamento a diretora relata que uma das maiores dificuldades encontrada no processo de inclusão é a quantidade de alunos na sala de aula. E o(a) aluno(a) com necessidades especiais precisa de apoio, atenção, cuidado e isto dificulta o trabalho do professor que tem muitos alunos na sala.

A oitava pergunta questiona se os funcionários da escola receberam algum treinamento antes de receber as crianças com necessidades educacionais especiais. Marcar Sim ou Não e, se a resposta for afirmativa, dizer qual treinamento. Neste quesito a resposta foi negativa.

A nona pergunta questiona se, na concepção da diretora, a inclusão escolar terá reflexo sobre a inclusão social, cultural e econômica no município de Cristalina-GO. Marcar Sim ou Não e Por quê. A resposta da diretora foi afirmativa e, na sua concepção, a sociedade não está preparada para oferecer condições de uma vida digna às crianças/pessoas com necessidades especiais neste momento, mas ela acredita que através da educação e de sensibilização das pessoas essa realidade pode mudar.

A décima pergunta questiona a avaliação da diretora sobre o trabalho da escola quanto à educação inclusiva. A diretora atribuiu conceito muito bom a sua equipe. Ela comenta que o empenho e a dedicação dos funcionários superam as dificuldades encontradas no processo de inclusão. Diz que a equipe trata todos os alunos com muito carinho.

Serão destacados no anexo A os recursos materiais existentes na sala de recursos da escola pesquisada, mesmo não tendo nenhum questionamento por

parte da pesquisadora. Esses materiais foram recebidos do MEC – Ministério da Educação e Cultura, através de um projeto feito pela Secretaria Municipal de Educação.⁴⁸

Como a educação inclusiva acontece somente quando todos estão envolvidos no processo colaborando com o que for necessário, percebe-se que a escola tem uma grande aceitação por parte dos funcionários de forma geral quanto à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, e foi observado que no primeiro ano em que iniciou esse processo alguns professores tinham certas resistências quanto à aceitação alegando não saber trabalhar com os alunos, não ter cursos de especialização/capacitação etc. Portanto, nota-se que foi necessário fazer um trabalho intenso de sensibilização e esclarecimento de dúvidas sobre essa nova política educacional, alguns cursos como Libras, Braille, deficiência mental e algumas palestras sobre a inclusão. Hoje a maioria dos professores na escola aceita bem a educação inclusiva, mas há alguns ainda que não participam de forma intensa.

Percebe-se que as maiores dificuldades enfrentadas pela escola ao trabalho com essa diversidade seja a ausência de apoio da família, insuficiência de material didático adaptado, frisando que a ausência da família tem sido o mais difícil visto que os pais têm inúmeras desculpas para não participar das reuniões e dos eventos promovidos pela escola, deixando a responsabilidade sobre a educação dos filhos somente para a escola.

Fica evidente que a diretora reconhece que a participação do gestor é de fundamental importância para a concretização do processo de inclusão, pois compete a ela incentivar a sua equipe, buscar apoio nos órgãos competentes, fazer parcerias com outras instituições, divulgando para a comunidade o trabalho realizado na escola.

Cabe à escola então trabalhar de acordo com sua realidade e de acordo com a realidade da comunidade que atende, respeitando os limites e as necessidades de cada um, valorizando suas potencialidades e habilidades, de forma que todos se sintam membros da escola.

Na escola pesquisada nota-se que há por parte da gestão escolar consciência frente ao trabalho a ser realizado, reconhecendo a importância de sua contribuição

⁴⁸ Ver em anexo lista de materiais da sala de recursos da escola pesquisada.

na implementação das ações. Os diretores das escolas públicas também têm que assumir a sua função, cobrando do Executivo os suportes necessários para a concretização deste novo paradigma educacional.

3.2.2 Dados da Pesquisa Social com a Coordenadora Pedagógica

A inclusão escolar é um processo amplo que exige adaptações de grande e pequeno porte, propondo eliminar as barreiras arquitetônicas, programáticas e atitudinais de forma que todos os alunos realmente possam ter acesso à escola em seu sentido real e a uma educação significativa e de qualidade.

Tornar esse novo paradigma da educação uma realidade é necessário não só que a escola se prepare, mas que a comunidade local seja motivada a participar, pois tem muito a contribuir com a escola. Partindo das propostas do enfoque educacional foi elaborado o seguinte questionário.⁴⁹

O questionário é composto por 10 dez perguntas e inicia-se com o seguinte questionamento: Qual é sua opinião sobre educação inclusiva? A coordenadora da escola diz que a educação inclusiva é muito importante, mas que os governantes deveriam proporcionar melhores condições de trabalho no âmbito escolar.

A segunda pergunta questiona como a coordenadora orienta pedagogicamente o professor que tem aluno(s) com necessidades educacionais especiais. Ela procura apoio junto à secretaria de educação (assessoria de ensino especial), procura conhecer a criança, troca informações com as professoras da sala de recursos e procura não ter nenhum tipo de preconceito.

A terceira pergunta questiona se a coordenadora percebe diferença entre deficiência e necessidades educacionais especiais. Precisa marcar Sim ou Não e explicar a escolha. A coordenadora marcou Sim, porque, segundo ela, deficiência é uma imperfeição, já necessidades educacionais especiais são quando o(a) aluno(a) precisa de uma maneira diferente para aprender.

A pergunta de nº 4 questiona se a inclusão de uma criança especial em uma sala de aula, junto com as crianças ditas “normais”, pode prejudicar o processo de ensino/aprendizagem. Precisa marcar Sim ou Não e explicar a resposta. A

⁴⁹ Ver Apêndice B

coordenadora marcou Não e comentou que, se a escola tem uma estrutura para atender a necessidade desse aluno, não haverá nenhum problema em incluí-lo na sala de aula junto com as crianças ditas “normais”. Segundo ela, essa troca de experiências favorece a ambos.

A quinta pergunta questiona se os professores estão preparados para trabalhar um projeto de inclusão. Marcar Sim ou Não e justificar o porquê. A resposta da coordenadora foi afirmativa e, segundo ela, se a pessoa tem vontade de ajudar o outro e sabe trabalhar em equipe, as dificuldades são superadas.

A sexta pergunta questiona se o espaço escolar como um todo (físico, material, conteúdo de disciplinas, programas extraclases, programas institucionais, programas sociais) está preparado para os alunos com necessidades educacionais especiais. A coordenadora reconhece que, apesar das adaptações já existentes na escola, o espaço escolar precisa de muitos ajustes.

A sétima pergunta questiona se ela recebeu alguma formação para atender alunos(as) com necessidades educacionais especiais. Marcar Sim ou Não e, se a resposta for afirmativa, dizer qual formação. Neste quesito a resposta foi afirmativa, disse que fez curso de Braille para atender os deficientes visuais, e Libras – Língua Brasileira de Sinais para os deficientes auditivos.

A oitava pergunta questiona se dentro da proposta pedagógica da escola são feitas adaptações curriculares. Marcar Sim ou Não e qual seriam as adaptações. A resposta foi afirmativa e, segundo ela, dentro do projeto político pedagógico da escola as adaptações curriculares de grande e pequeno porte contemplam ações para desenvolver as habilidades dos(as) alunos(as) especiais.

A nona pergunta questiona quais as maiores dificuldades encontradas pelo professor para trabalhar com crianças especiais. Na concepção da coordenadora, faltam cursos de capacitação e formação continuada para os professores.

A décima pergunta questiona a avaliação da coordenadora sobre o trabalho da escola quanto à educação inclusiva. A coordenadora relatou que o trabalho em equipe está sendo o diferencial no processo de inclusão. Compartilhando da mesma opinião da diretora, ela comenta que o empenho e a dedicação dos funcionários superam as dificuldades encontradas no processo de inclusão. Diz que a equipe trata a todos os alunos com muito carinho.

Na pesquisa realizada junto à coordenação da escola podem ser constatadas ações concretas que contemplam a prática em favor da inclusão escolar, porém, é

preciso fazer muitos ajustes desde a estrutura física, mudanças atitudinais, devendo o convívio com as diferenças ser estimulado desde o início da convivência social.

Esse novo paradigma de inclusão, ainda em construção na maioria das escolas brasileiras, não deve subjugar o atendimento educacional especializado, pois é sabido que ainda não há condições necessárias em muitos espaços escolares para atendimento de alunos com quadros clínicos mais severos.

Sobre o apoio pedagógico oferecido pela secretaria de educação, percebe-se que a escola conta com uma professora intérprete de Libras, uma professora da sala de recursos, uma professora de apoio e visita periódica da coordenadora pedagógica da educação especial da equipe da assessoria de educação que conta com profissionais especializados de apoio e orientação para alunos e professores.

A inclusão educacional pretende o que se deseja de uma escola: o favorecimento da convivência com a diversidade, a instituição do respeito e da fraternidade entre as pessoas, sem excluir ninguém do ensino regular. Somente dessa forma preparar-se-ão verdadeiros cidadãos, construindo uma escola livre de preconceitos. É tempo de mudar as escolas, as atitudes, os pensamentos, o ambiente como um todo. Inclusão significa transformação.

3.2.3 Dados da Pesquisa Social com o Corpo Docente

Por meio de observações realizadas na escola pesquisada e mediante a coleta de dados, feita através do questionário que foi aplicado a 08 oito professores (dois professores de recursos e seis do ensino regular), foi possível perceber que há entre eles uma grande integração, o trabalho é incentivado constantemente para ser realizado em equipe. A seguir os dados do questionário aplicado aos professores.⁵⁰

O questionário é composto por 10 dez perguntas e inicia-se com o seguinte questionamento: Qual é sua opinião sobre educação inclusiva? Tendo como parâmetro as respostas dos professores acerca do questionamento, verifica-se que são unânimes em dizer que a educação inclusiva proporciona a inserção dessa criança na sociedade e dá oportunidades iguais a todos, fazendo valer seus direitos.

⁵⁰ Ver Apêndice C

A segunda pergunta questiona se, no planejamento anual/semestral e diário, o professor pensa também no(a) aluno(a) com necessidades educacionais especiais. Precisa marcar Sim ou Não e explicar a resposta. Tanto os professores da sala de recurso, assim como os professores do ensino regular responderam afirmativamente, dizem que, quando se trata de um(a) aluno(a) com necessidades educacionais especiais, o planejamento e a metodologia de ensino devem ser elaborados e executados dentro dos parâmetros inclusivos.

A terceira pergunta questiona quais são as maiores dificuldades para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Os professores da sala de recursos disseram que a falta de ajuda dos pais dessas crianças é um dos fatores que dificulta o andamento do trabalho no AEE – Atendimento Educacional Especializado, pois sem o comprometimento dos pais/responsáveis pela criança, para levá-la no atendimento que tem dia e hora marcada, o desenvolvimento da criança fica comprometido. Já os professores do ensino regular pontuaram o espaço físico inadequado; o grande número de alunos em sala; falta de cursos de capacitação e a distorção idade/série, pois segundo eles essa distorção causa certa dificuldade no processo de ensino/aprendizagem, mesmo fazendo as adaptações curriculares.

A pergunta de nº 4 questiona se dentro da proposta pedagógica da escola são feitas as adaptações curriculares. Precisa marcar Sim ou Não e explicar a resposta. Todos marcaram sim e explicaram que dentro da proposta pedagógica contém atividades diversificadas que possam atender os diversos tipos de deficiências e/ou dificuldades de aprendizagem. E as adaptações curriculares são construídas no planejamento anual e que no decorrer do ano letivo mais adaptações são feitas de acordo com a necessidade.

A quinta pergunta questiona se os professores receberam algum treinamento para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Marcar Sim ou Não e qual treinamento recebeu. Os dois professores da sala de recursos deram resposta afirmativa e disseram que receberam treinamento/curso de Braille e de Libras – Língua Brasileira de Sinais e curso sobre deficiência mental no contexto da educação inclusiva. Já os seis professores do ensino regular deram resposta negativa, pois, segundo eles, não tiveram nenhum treinamento.

A sexta pergunta questiona se os professores respeitam o ritmo de aprendizagem dos(as) alunos(as) que têm necessidades educacionais especiais.

Todos foram unânimes em dizer que respeitam o ritmo de aprendizagem desse aluno, visto que cada criança especial possui seu limite e precisa aprender no tempo certo.

A sétima pergunta questiona se os professores têm receio/medo de lidar com alunos(as) deficientes ou com necessidades educacionais especiais. Marcar Sim ou Não e em qualquer resposta explicar a escolha. Nesta resposta todos responderam negativamente e disseram que: “somos todos iguais até nas diferenças”. Relataram ainda que são alunos como os outros.

A oitava pergunta questiona de quem é a responsabilidade pelos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais inseridos na escola. Relataram que a responsabilidade é do grupo que trabalha na escola, independente de ser professor do ensino regular, professor de recurso, todos precisam trabalhar coletivamente para juntos fortalecer a escola.

A nona pergunta questiona se a escola possui material pedagógico necessário para trabalhar com as crianças com necessidades educacionais especiais. Responder Sim ou Não e Explicar. Os dois professores de recurso relataram que na sala de recursos possuem materiais pedagógicos adaptados, mas os seis professores do ensino regular disseram que falta material para trabalhar com essas crianças, mas que, quando precisam, emprestam na sala de recursos.

A décima pergunta questiona a avaliação dos professores sobre o trabalho da escola quanto à educação inclusiva. Foram unânimes em dizer que abraçam a causa e que, dentro do limite, a escola contribui com a aprendizagem de muitas crianças com necessidades especiais e que todos os funcionários da escola buscam aceitar, respeitar e valorizar todas as crianças, independente de suas diferenças.

Em virtude dessa vivência e pelo fato da inclusão escolar fazer-se cada vez mais urgente, apresentamos os significados da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes regulares e a realidade do ensino inclusivo em Cristalina-GO, sob a ótica dos professores da escola pesquisada.

A maioria dos professores acredita que o trabalho com a inclusão está bom, pois a cada ano mudanças positivas estão acontecendo e os funcionários estão se tornando mais participativos. Percebe-se que muitos professores têm curso na área específica em que trabalham, o que se supõe que facilita o desenvolvimento de estratégias para o trabalho com os alunos, pois obtiveram subsídios para entender o comportamento do aluno e as adaptações necessárias para que no decorrer das

aulas ele possa estar interagindo e aprendendo com os outros alunos, porém, na observação e através das respostas do questionário foi possível perceber que embora capacitados, muitos professores demonstram ainda despreparo para lidar com situações corriqueiras do cotidiano escolar.

Desta análise sobre a educação inclusiva constata-se que os professores concluíram que esta é a educação que atende a todas as crianças no ensino regular, oferecendo-lhes condições para se desenvolver respeitando suas necessidades e seus limites. Os professores em geral atendem em sua sala de aula alunos com deficiência auditiva, visual e mental. Para melhor realizar o trabalho com estes alunos eles contam com o apoio da professora intérprete que auxilia o trabalho com os alunos surdos e da professora de recurso que auxilia tanto o trabalho em sala quanto o AEE – Atendimento Educacional Especializado, na sala de recurso multifuncional.

A maioria dos professores tem entre 2 e 5 alunos especiais inseridos em sala de aula, no total de mais ou menos 30 alunos dito “normais”, isso nos leva a concluir que a escola está regulada de acordo com a LDB da Educação Especial art. 38, Inciso XII, que prevê que na sala de aula inclusiva deve ter no máximo 30 alunos, sendo 20% destes alunos com necessidades educacionais especiais. E a adaptação curricular é um dos requisitos exigidos para que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso aos conteúdos trabalhados.

O que falta é maior dinamização do processo dentro da própria escola sem esperar que essas ações se viabilizem a partir da intervenção dos órgãos externos, pois gestão escolar e inclusão estão intimamente ligadas, não haverá ensino de qualidade na escola pública se a gestão desta não estiver interessada em buscar meios adequados para que professores, alunos e toda comunidade escolar possam estar fazendo sua parte neste processo.

Em relação à postura dos professores da escola pesquisada frente a esse trabalho conclui-se que há boa integração entre os mesmos e possivelmente grandes trocas de experiências. A maioria dos professores demonstra gostar do trabalho que realiza e procura meios para fazê-lo cada vez melhor. Mas em algumas

ações e atitudes percebe-se por parte de alguns que ainda não entenderam realmente o processo de inclusão.⁵¹

Em relação à capacitação foi possível perceber que a maioria dos professores tem formação específica na área em que está atuando, o que tem facilitado o trabalho pedagógico de alguma forma, porém, não tem suprido suas necessidades frente a essa demanda. Percebe-se que alguns professores que dizem ter capacitação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, muitas vezes não sabem lidar com as situações simples do dia-a-dia, e algumas vezes com as necessidades dos alunos que não apresentam deficiências, o que nos leva a perceber que capacitar professores é necessário e importante, mas isso não terá efeito se este professor não se assumir como constante pesquisador e aplicar em sua prática os conhecimentos adquiridos. É necessário ter visão crítica sobre as situações e coragem para mudá-las e aperfeiçoá-las, sem “achismos” e utopias.

Os professores precisam se conscientizar de que o seu papel é educar os seus alunos. Não os que ele escolhe, mas os que a ele chegam.

3.3 Considerações Finais

Portanto, cabe à escola, à sociedade e ao sistema educacional eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais, para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Esse é o grande desafio da escola inclusiva que deve desenvolver uma pedagogia centrada na criança, ou seja, uma pedagogia que parte do princípio de que todas as pessoas são diferentes e que essas diferenças são normais e a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada um, em vez da criança se adaptar aos pressupostos traçados pela escola.

Acredito que, para incluir as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela precisa ser capaz de atender às necessidades de seus

⁵¹ Muitos autores defendem a inclusão escolar, mas percebemos que não basta colocar o aluno em sala de aula do ensino regular, é preciso dar condições para o seu desenvolvimento. Nesse contexto o trabalho em equipe é fundamental.

membros. O desenvolvimento da pessoa com deficiência (por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional etc.) deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito para integrar a comunidade.

A construção de uma Escola Inclusiva veio recolocar na educação geral muitas das responsabilidades que até então se mantinham atribuídas à Educação Especial. Acredita-se que a Escola Inclusiva não é uma utopia, mas é necessário que os pais, os profissionais, os governantes e a população em geral acreditem que a escola inclusiva veio para atender a todos, independente de suas limitações.

A construção de uma escola inclusiva exige um esforço e uma colaboração estreita de todos. A prática da inclusão na realidade brasileira, inclusive no município de Cristalina-GO, revela algumas dificuldades: despreparo no sistema regular de ensino para atuar no processo; resistência da comunidade escolar na aceitação dos alunos e fatores diversos de natureza familiar, institucional e sócio-cultural.

Estar consciente de que o desafio da inclusão colocado aos professores é imensurável e que grande parte significativa continua a não estar preparada para desenvolver estratégias de ensino diversificado. A formação de professores nesse domínio de intervenção permanente com uma necessidade urgente, sendo necessário ajudá-los a vencerem as suas resistências à mudança, de modo a ultrapassarem as limitações e os perigos das concepções baseadas na deficiência.

Enfim, conclui-se que a escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que lhes vai proporcionar condições de se desenvolverem e tornarem um cidadão, alguém com identidade social e cultural. Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Percebe-se que a proposta de Inclusão oferecida pela Secretaria de Educação, em primeiro momento, buscou trabalhar a sensibilização e a aceitação das pessoas para trabalhar com as diferenças, as pessoas já têm certa clareza, o que existe é dificuldade de trabalhar com as crianças especiais, pois é uma questão de habilidade, formação, informação, treinamento, entre outros aspectos que dificultam o processo de ensino- aprendizagem.

Os funcionários desta escola manifestam a todo o momento o desejo e a vontade de fazer a diferença, pois eles entendem que esse trabalho de inclusão é irreversível, quem tem que se adaptar são as pessoas que ainda não entenderam que é preciso aceitar as diferenças.

De maneira geral, observa-se que as pessoas não discutem mais sobre a não aceitação de um aluno especial em sua sala de aula, em outros tempos a resistência era maior. Hoje, é preciso qualificar mais pessoas, proporcionar treinamentos, dar oportunidades para desenvolver habilidades, competências, mais leitura sobre o assunto, não somente as que trabalham diretamente com a criança especial, mas sim todos os envolvidos na comunidade escolar.

Na resolução CNE/CBE nº 2, inciso 28, diz que: “Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesse diferentes.”

A dúvida que fica em relação a essa questão é: Será que essas atividades desenvolvidas conseguem atingir os objetivos propostos aos alunos com necessidades especiais?

Através dessa pesquisa foi possível conhecer um pouco da realidade da educação inclusiva de uma escola específica do município de Cristalina. Foi constatado que esse movimento pedagógico, com características democráticas e pluralistas, que pretende garantir não somente o acesso, mas também a permanência de cada aluno nos níveis estruturais do sistema educacional e o respeito por sua identidade social, não está muito distante da realidade desta escola. A educação inclusiva começou no município de Cristalina no ano de 2006 com apenas uma escola inclusiva, no ano de 2010 já são oito escolas inclusivas. Com essa nova concepção, todas as escolas estão abertas para receber esses alunos e trabalhar com essa diversidade.

É possível afirmar que ainda é muito cedo para definir qual atendimento é melhor para essas crianças (atendimento na classe regular e no contra-turno com atendimento na sala de recursos) e/ou atendimento em escolas especiais? Pois o processo de inclusão está em fase de estruturação e adequação em todo o mundo, não há um modelo que se possa definir como melhor, principalmente diante da situação de cada realidade.

Conclusão

Realizar pesquisa é construir saberes, saberes esses que jamais serão esquecidos, pois estão erguidos em uma base firme. A educação não foge a esta regra, visto que toda evolução que esta sofreu e vem sofrendo ao longo dos séculos se deu através das grandes pesquisas realizadas.

A política da educação inclusiva começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiências, ainda que na década de 80. Em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, grandes e pequenas modificações vêm sendo feitas nas escolas e outros setores para que essas pessoas possam ter acesso a tudo a que têm direito.

A inclusão escolar é o processo de acolhimento em escolas, da rede regular de ensino, daqueles alunos que possuem necessidades educacionais especiais, fazendo com que estes participem do processo educacional, proporcionando-lhes uma melhor interação com a diversidade. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação de alunos com necessidades educacionais especiais é a educação de crianças com deficiência, bem dotada; crianças trabalhadoras e que vivem nas ruas; crianças desfavorecidas ou marginalizadas; crianças de populações distantes e nômades; de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais; crianças desfavorecidas ou marginalizadas.

Trabalhar com essa nova perspectiva exige o envolvimento de todos que direta ou indiretamente estão envolvidos com a educação. Perante isso, coloca-se que a inclusão daqueles que possuem necessidades educacionais especiais acontece quando há conhecimento de ações integradoras que favoreçam de fato “uma educação para todos”, incluindo os que são impedidos, por algum motivo, de participar do processo educacional. Coloca-se ainda que, para que a escola realize seu trabalho pedagógico de forma sistemática e com qualidade, é preciso que o gestor crie condições para que haja uma maior integração entre a escola e a comunidade, e assim desenvolver atividades que propiciem a participação ativa dos pais.

Vale ressaltar que o trabalho que a escola realiza, muitas vezes, passa por certas limitações, pois a mesma depende da ação de outros órgãos e instituições.

Esse deixa de ser um problema quando há integração de todos os órgãos e instituições na viabilização desse processo.

Conclui-se que, no Município de Cristalina, a Secretaria de Educação tem procurado tornar essa nova política da educação uma realidade nas escolas, adotando uma nova política com novas estratégias de trabalho sem fugir ao que está previsto na legislação. Os alunos com necessidades educacionais especiais hoje tem mais facilidade de acesso ao ensino regular, pois todas as escolas municipais de Cristalina estão abertas à diversidade e as estratégias de atendimento buscam atender melhor a cada necessidade. Se essa é a melhor forma de se trabalhar a inclusão só o tempo vai dizer, no entanto, não se pode nunca perder de vista a necessidade de estar avaliando constantemente cada passo para que os erros sejam minimizados e ajustados.

A pesquisa, no entanto, procurou mostrar o real significado da educação inclusiva, a importância desta para a eliminação de barreiras discriminatórias e a visão das pessoas que estão dentro da escola em contato direto com esse trabalho e das pessoas que estão fora dela e nem por isso deixam de ter grande parcela de responsabilidade para a concretização desse novo paradigma.

Denotamos que, para incluir, primeiro se faz necessária a mudança na postura comportamental das pessoas; urge um novo olhar sobre o ser humano e não sobre a sua limitação, pois além de barreiras físicas, os funcionários das escolas precisam estar com o psicológico preparado para receber os alunos com necessidades especiais. Enfim, é necessário que todos tomem consciência da necessidade de se adequar: a escola, o currículo, os projetos pedagógicos, a formação de professores para uma educação de qualidade para todos.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio (org) **Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica**. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 28 p.

_____. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista brasileira de educação especial**, vol. 3, n. 5, 1999, p. 2-25.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil - ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1997.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC, 1998.

_____. **CADERNOS DA TV ESCOLA. PCN NA ESCOLA**. Convívio escolar: técnicas didáticas, educação física. Brasília, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno deficiente**. São Paulo: EDUC/ PUSP, 1993.

_____. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista brasileira de educação especial**, vol. 3, n. 5, 1999, p. 2-25.

CAVALCANTI, M. A. A escola que é de todas as crianças. **Revista Nova Escola**. São Paulo, n. 182, p. 40-45, mai. 2005.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

_____. **Removendo Barreiras Para Aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. **A nova LDB e a Educação Especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 300f. Tese de Doutorado em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro – **Nova LDB: Ranços e Avanços**. 15. ed. Papyrus 2003, 112p

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. et al.(org.), 1969 - **Aspectos legais e orientação pedagógica** (Atendimento Educacional Especializado) São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 60p.

FELTRIN, A. E. **Inclusão Social na Escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. São Paulo: Paulinas, 2004.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. (Orgs). **Descentralização, municipalização e financiamento da educação no Brasil pós-LDB**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARCIA. C. M. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Lisboa: Porto, 1999.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 1995, 257p

GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2007.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

GIL, Marta (coord) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** texto de apresentação do Prof. Hubert Alquéres. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 4, n.1, p. 7-17, jan./jun. 2008

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LUCK, H. **Integração: Administração, supervisão e orientação educacional**. Petrópolis. Vozes, 1999.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares, educação e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 112.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

_____. Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos. **Revista Integração**. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, ano 8. n. 20, p. 29-32, 1998.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer**. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S., **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Educação Escolar:** comum ou especial? São Paulo: Pioneira, 1987.

MENDES, E. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n. 33, p. 387-405, set 2006.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Revista Integração.** ed. n. 24: Brasília-DF, 2002.

Ministério da Educação/SEESP. **Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Especial.** Brasília: 1998/ 2000.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ONU – **Declaração dos Direitos Humanos.** Nova York: 1948. Disponível em: <http://WWW.direitoshumnaos.usp.br>. acesso em 01 de maio/2010.

Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2.ed.] coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p

SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista Inclusão.** Brasília, nº 1, p.7-18, out. 2005.

SASSAKI, R. K. Inclusão: paradigma do século XXI. **Revista Inclusão.** Brasília, n. 1, p. 19 - 23, out. 2005.

_____. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

_____. **Revista Integração.** MEC. Brasília, v.8, n. 20, p. 9-17, 1998.

Secretaria de Educação Especial. **Conjunto de materiais para a capacitação de professores:** necessidades na sala de aula. Tradução: Ana Maria Isabel Lopes da Silva. Reimp. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem,** In: Conferência Mundial Sobre Educação para Todos. Jontiem. Tailândia.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista com Diretora

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista com Coordenadora Pedagógica

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista com Corpo Docente

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA – EST**Instituto Ecumênico de Pós - graduação em Teologia****Professora Orientadora: Dr. Gisela Streck****Pesquisadora: Sandra Santos Rocha Baggio**

NOME DO PROJETO:

Implementação da Educação Inclusiva em uma Escola no Município de Cristalina-GO, Um estudo de caso

Prezados Colaboradores,

Este questionário faz parte de uma pesquisa de Mestrado e os resultados serão utilizados de forma confidencial, portanto não é preciso identificar-se.

Para atingir este objetivo, solicito a sua participação, respondendo o questionário, visto que suas respostas serão de caráter confidencial e utilizadas, apenas, para fins acadêmicos.

Obrigada, pela colaboração.

Questionário aplicado à Direção da Escola.

Perfil do Entrevistado

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Formação: _____

Há quanto tempo você dirige a escola? _____

1 – Hoje, mais do que ampliar e aprofundar os marcos legais, devemos concretizar, no cotidiano, as conquistas positivas na legislação brasileira em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais. De acordo com a sua visão, quais são os pontos principais para o alcance da qualidade no ensino para as crianças com necessidades educacionais especiais?

2 – Como a escola recebeu a incumbência para de fato efetivar a educação inclusiva?

3 – Você acha que a Escola Municipal Paroquial São José está preparada para um projeto de inclusão?

Sim () Não ()

Explique!

4 – Na sua concepção o projeto de inclusão é direcionado a todos os alunos?

Sim () Não ()

Por quê?

5 – A Escola Municipal Paroquial São José tem adaptações arquitetônicas adequadas para receber os alunos com deficiência física ou visual?

Sim () Não ()

Se a resposta for afirmativa enumere (03) três adaptações:

1 - _____

2 - _____

3 - _____

Se a resposta for negativa, o que você acha que está faltando? Enumere (03) três adaptações:

1 - _____

2 - _____

3 - _____

6 - Quando a escola faz a matrícula de um aluno com necessidades educacionais especiais, qual é o seu procedimento enquanto diretora da escola?

7) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades encontradas para efetivar a inclusão?

8 – Os funcionários da escola receberam algum treinamento antes de receber as crianças com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Qual?

9 – Na sua concepção, a inclusão escolar terá reflexo sobre a inclusão social, cultural e econômica no município de Cristalina-GO?

() Sim () Não

Por quê?

10 – Como você avalia o trabalho de sua escola quanto à educação inclusiva?

Agradeço pela sua colaboração!

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA – EST**Instituto Ecumênico de Pós - graduação em Teologia****Professora Orientadora: Dr. Gisela Streck****Pesquisadora: Sandra Santos Rocha Baggio**

NOME DO PROJETO:

Implementação da Educação Inclusiva em uma Escola no Município de Cristalina-GO, Um estudo de caso

Prezados Colaboradores,

Este questionário faz parte de uma pesquisa de Mestrado e os resultados serão utilizados de forma confidencial, portanto não é preciso identificar-se.

Para atingir este objetivo, solicito a sua participação, respondendo o questionário, visto que suas respostas serão de caráter confidencial e utilizadas, apenas, para fins acadêmicos.

Obrigada, pela colaboração.

Questionário aplicado à Coordenação Pedagógica da escola.

Perfil do Entrevistado

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Formação: _____

Há quanto tempo você atua como coordenadora pedagógica na escola?

1 – Qual é a sua opinião sobre educação inclusiva?

2 – Como você orienta pedagogicamente o professor que tem aluno(s) com necessidades educacionais especiais?

3 – Existe diferença entre deficiência e necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Explique:

4 - Você acha que a inclusão de uma criança especial em uma sala de aula, junto com as crianças ditas “normais” pode prejudicar o processo de ensino/aprendizagem?

() Sim () Não

Explique:

5 – Você acha que os professores da Escola Municipal Paroquial São José estão preparados para trabalhar um projeto de inclusão?

() Sim () Não

Por quê?

6 – O espaço escolar como um todo (físico, material, conteúdo de disciplinas, programas extraclasse, programas institucionais, programas sociais) está preparado para os alunos com necessidades educacionais especiais? Justifique

7 – Você recebeu alguma formação para atender alunos(as) com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Qual?

8 – Dentro da proposta pedagógica da escola são feitas as adaptações curriculares?

() Sim

() Não

Qual?

9 – Quais são as maiores dificuldades encontrada pelo professor para trabalhar com crianças especiais?

10 – Como você avalia o trabalho de sua escola quanto à educação inclusiva?

Agradeço pela sua colaboração!

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA – EST

Instituto Ecumênico de Pós - graduação em Teologia
Professora Orientadora: Dr. Gisela Streck

Pesquisadora: Sandra Santos Rocha Baggio

NOME DO PROJETO:

Implementação da Educação Inclusiva em uma Escola no Município de Cristalina-GO, Um estudo de caso

Prezados Colaboradores,

Este questionário faz parte de uma pesquisa de Mestrado e os resultados serão utilizados de forma confidencial, portanto não é preciso identificar-se.

Para atingir este objetivo, solicito a sua participação, respondendo o questionário, visto que suas respostas serão de caráter confidencial e utilizadas, apenas, para fins acadêmicos.

Obrigada, pela colaboração.

Questionário aplicado ao Corpo Docente da escola.

Perfil do Entrevistado

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Formação: _____

Há quanto tempo você é professor(a) na escola? _____

Qual é a turma que você trabalha? _____

1 – O que significa para você Educação Inclusiva?

2 – No seu planejamento anual/semestral e diário, você pensa também no aluno com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Por quê?

3 – Em sua opinião quais são as maiores dificuldades para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais?

4 – Dentro da proposta pedagógica da escola são feitas as adaptações curriculares?

() Sim () Não

Explique:

5 – Você recebeu algum treinamento para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Qual?

6 - Você respeita o ritmo de aprendizagem do seu aluno(a) que tem necessidades educacionais especiais? Justifique

7 – Você tem receio/medo de lidar com alunos(as) deficientes ou com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

No caso de qualquer resposta explique:

8 – De quem é a responsabilidade pelos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais inseridos na escola? Explique:

9 – A escola dispõe de material pedagógico necessário para trabalhar com as crianças com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não

Explique:

10 – Como você avalia o trabalho de sua escola quanto à educação inclusiva?

Agradeço pela sua colaboração!

ANEXO

LISTA DE MATERIAIS DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

Na escola pesquisada encontra-se na sala de recurso os materiais didáticos enviados pelo SEESP-MEC para atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais. Além dos itens relacionados abaixo, a professora confecciona jogos pedagógicos usando materiais recicláveis.

02 computadores, 02 estabilizadores, 01 impressora laser, 01 scanner, 01 teclado com colméia, 01 mouse, 01 laptop, 01 software para comunicação aumentativa e alternativa, 01 material dourado, 01 tapete alfabético encaixado, 01 memória de numerais, 01 alfabeto em Braille, 01 quebra cabeças sobrepostos, 01 dominó de animais em libras, 01 dominó de frutas em libras, 01 dominó tátil, 01 memória tátil, 01 dominó de associação de ideias, 01 dominó de associação de frases, 01 bandinha rítmica, 01 sacolão criativo, 01 esquema corporal, 01 lupa eletrônica, 01 kit de lupas manuais, 01 plano inclinado – suporte leitura, 01 mesa redonda, 04 cadeiras, 02 mesas para computador, 02 cadeiras para computador, 01 armário, 01 mesa para impressora e 01 quadro branco. Para salas de recursos que atendem alunos com deficiência visual acrescenta-se os seguintes materiais: 01 impressora Braille – pequeno porte, 01 máquina de datilografia Braille, 01 reglete de mesa, 01 punção, 01 soroban, 01 kit de desenho geométrico, 01 globo terrestre tátil e 01 calculadora sonora.